



Índice

- 01 Ensino da cultura afro-brasileira e indígena será fortalecido nas escolas do DF
- 02 No Amazonas, campanha eleitoral é feita em aldeias indígenas
- 03 Palmares certifica 24 comunidades quilombolas em três estados
- 04 Após ação do MPF, Justiça garante salário-maternidade às mães indígenas Macuxi menores de 16 anos
- 05 Conflito no Paraná: Índios dizem que invasão foi culpa da Funai
- 06 Prefeitura de Terra Roxa diz índios que invadiram fazenda vêm do Paraguai
- 07 Índios se armam e montam pequeno exército no interior do Maranhão
- 08 Pesquisador faz análise da situação atual dos povos indígenas no Brasil
- 09 Indígenas fazem segundo bloqueio consecutivo de rodovia exigindo demarcação de terras no Norte gaúcho
- 10 Polícia Federal apreende armas, documentos e planejamento de invasão indígena
- 11 MPF investiga ameaças de fazendeiros contra indígenas
- 12 Senac leva curso de gestão em projetos à aldeia indígena Kaxinawá
- 13 Povo indígena Ka'apor inicia operação contra madeireiros na TI Alto Turiagu, Maranhão
- 14 Comunidades resistentes se autodeclaram Gamela e lutam por terras entregues ao



povo ainda no Império

- 15** Movimento de Povos Indígenas da Bahia repudia proposta de privatização da saúde indígena
- 16** No Maranhão, povo Ka'apor inicia nova operação contra invasão de madeireiros na TI Alto Turiagu
- 17** Comunidades quilombolas terão encontro em Bom Jesus
- 18** Quilombolas do território se reúnem com governo
- 19** Fórum Social Temático Energia: organizações exigem fim do Programa Nuclear Brasileiro
- 20** MPF MT e PF interceptam legalmente telefonema acertando propina de ruralistas ao relator da PEC 215
- 21** Morro dos Cavalos – Terra Indígena
- 22** As hidrelétricas e o processo de intervenção na Amazônia. Entrevista especial com André Villas-Bôas
- 23** Funai pretende demarcar o Parque Nacional do Iguaçu como Terra Indígena
- 24** Indígenas têm curso de informática gratuito
- 25** Palestra tematiza desafios enfrentados por povos indígenas
- 26** Brasil: movimento quilombola pode ser o maior programa do mundo de reparação pela escravidão
- 27** Ministério da Cultura certifica 22 comunidades quilombolas baianas



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

-
- 28** Assentados ribeirinhos do Velho Chico são capacitados sobre agroecologia
 - 29** Jogos esportivos da Copa das Árvores são adiados para novembro
 - 30** Com curso de Agupapé, ribeirinhos veem possibilidade de aumentar a renda



Ensino da cultura afro-brasileira e indígena será fortalecido nas escolas do DF
SÍTIO R7, 20.08.2014

Parceria entre secretarias monitora e reforça ensino de conteúdo antirracista

O ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena será fortalecido na rede de ensino do Distrito Federal. Uma parceria entre a SEDF (Secretarias de Educação) e Sepir (Promoção da Igualdade Racial), publicada no Diário Oficial do DF nessa terça-feira (19), permitirá monitorar e efetivar a aplicação desses conteúdos nas escolas.

A portaria, que regulamenta duas leis federais que tratam do tema, promove o fortalecimento da obrigatoriedade do estudo da cultura dessa parcela da população brasileira nos estabelecimentos de ensino em todas as etapas da educação básica e todas as modalidades.

A primeira ação da parceria será criar um comitê gestor, composto por seis membros, sendo três representantes de cada secretaria, que definirá os procedimentos e critérios de monitoramento, além de acompanhar, avaliar e efetivar a execução das leis.

Entre outras ações, a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial vai adaptar o programa do Disque-Racismo para receber denúncias específicas contra instituições educacionais que não incluam conteúdo étnico-racial no currículo.

A Sepir também realizará cursos de formação continuada para educadores e professores. Já para os alunos, serão oferecidas atividades culturais que promovam a história afro-brasileira, africana, indígena e cigana.



No Amazonas, campanha eleitoral é feita em aldeias indígenas

SÍTIO VERMELHO, 20.08.2014

Associada à manifestação e representação de linhas de pensamento, tem crescido o número de indígenas disputando cargos políticos nas eleições. No Amazonas, por exemplo, a campanha é feita de forma diferente. Dois candidatos indígenas buscam votos em comunidades e aldeias. Fidelis Baniwa e Justina Ticuna disputam com outros 40 candidatos duas vagas que o PCdoB busca na Assembleia Legislativa do Estado.

Para a antropóloga Justina Ticuna, candidata a deputada estadual pelo PCdoB, eleger um indígena é fundamental para fortalecer e efetivar os direitos dos mesmos. "Não há governo ruim, há quem não saiba representar", disse a candidata que preside o Conselho das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Ela coloca a demarcação territorial, saúde e educação como principais bandeiras de luta do movimento indígena atualmente.

O ator amazonense e candidato a Deputado Estadual também pelo PCdoB, Fidelis Baniwa, diz que a sustentabilidade das terras indígenas, a valorização da cultura, educação e a demarcação territorial são, hoje, prioridades na pauta indígena. Segundo ele, a eleição de um indígena é uma maneira de mudar a forma como é visto o movimento de um povo que atualmente representa 4% da população amazonense.

"Promover a valorização dessas etnias não é apenas uma questão de reconhecimento do seu papel histórico em nossa formação, mas é, principalmente, um questão de caráter revolucionário", disse Eron Bezerra, presidente do PCdoB/AM e candidato a deputado federal do partido.

De Manaus,
Ana Luiza Santos



Palmares certifica 24 comunidades quilombolas em três estados

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.08.2014

Ainda sobre os interesses dos quilombolas, Incra instaura mesa para acompanhar a política de regularização de terras quilombolas em MG

A Fundação Cultural Palmares acaba de certificar mais 24 comunidades como remanescentes de quilombos na Bahia, Alagoas e Maranhão. Os nomes de todas elas estão publicados no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (20).

Das 24 comunidades, 22 são de cidades baianas, entre elas Curral de Fora, em Água Fria, Várzea Queimada, em Caém, outras dez comunidades são da cidade de Central e mais dez em Morro.

Regularização de terras

Ainda na edição desta quarta-feira (20) do DOU, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), publicou portaria instaurando uma Mesa Estadual de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, na esfera de atuação da Superintendência Regional do Incra no estado de Minas Gerais.

Os principais objetivos da Mesa Estadual são discutir a situação dos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas com parceiros e movimentos sociais e integrar as ações de regularização fundiária no âmbito do governo federal e dos governos estadual e municipais.

Buscar, conjuntamente, alternativas locais (com o movimento quilombola e/ou parceiros) para prevenção, mitigação e gestão de conflitos em territórios quilombolas também será uma das prioridades nas discussões.

O objetivo de criar uma mesa de acompanhamento é fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Essas reuniões acontecerão bimestralmente, em datas a serem acordadas com os participantes da Mesa.

A responsabilidade pela organização da Mesa será da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR 06/F), por meio do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SR-06/F4).

Fonte:

Portal Brasil, com informações da Imprensa Nacional



Após ação do MPF, Justiça garante salário-maternidade às mães indígenas Macuxi menores de 16 anos

SÍTIO PR/RO, 20.08.2014

A Justiça Federal acatou pedido do Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) e deferiu medida liminar em ação civil pública para que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deixe de exigir idade mínima de 16 anos para a concessão do benefício previdenciário de salário-maternidade às mulheres indígenas da etnia Macuxi.

Na decisão, a Justiça considerou acertada a pretensão do MPF de superação de qualquer impedimento etário à concessão de salário-maternidade às indígenas, em virtude da imposição constitucional de respeito às suas particularidades étnicas e culturais.

O pedido de liminar do MPF foi deferido em parte, determinando ao INSS que, “imediatamente a contar da intimação e no âmbito territorial do Estado de Roraima, se abstenha de indeferir os pedidos de concessão de salário-maternidade formulados pelas mulheres comprovadamente pertencentes à etnia Macuxi”. A Justiça entendeu também que a determinação de revisão de todos os processos administrativos negatórios do salário-maternidade deveria aguardar o desfecho da ação, além de depender de requerimentos e iniciativas individualizadas.

Ação do MPF - A ação civil pública foi ajuizada após constatação do MPF/RR de que, apesar de os indígenas da etnia Macuxi preencherem os requisitos legais para se qualificarem como receptoras do benefício, foram encontrados diversos casos de mães que tiveram seus pedidos negados pelo INSS sob a alegação de ser vedado o exercício de atividade profissional ao menor de 16 anos.

Entretanto, de acordo com a ação, a exigência do Instituto contraria o direito fundamental à seguridade social ao não reconhecer a organização social, costumes, línguas, tradições e crenças das mulheres indígenas Macuxi, já que é corriqueira entre as mesmas a iniciação sexual mais cedo que o comum e a gravidez mesmo antes dos 16 anos.

De acordo com o procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, titular do escritório de Defesa das Populações Indígenas, uma norma protetiva – a que proíbe o trabalho do menor – não pode resultar em prejuízo para aqueles a quem visa proteger, “sobretudo quando o trabalho coletivo constitui um aspecto central da identidade do povo indígena a que o adolescente pertence. Nesse sentido, aliás, a jurisprudência tem aceitado a contagem de tempo de serviço anterior à idade mínima laboral para fins previdenciários”, concluiu.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República em Roraima
prrr-ascom@mpf.mp.br
(95) 3198-2045/ 2034



Confito no Paraná: Índios dizem que invasão foi culpa da Funai

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 20.08.2014

Ministério Público Federal em Guaíra, no oeste do Paraná, se reuniu ontem com os índios que tentaram invadir mais uma propriedade na região no último final de semana. Também participaram da reunião, representantes da Funai que se omitiram durante a ação dos índios. Eles querem saber os motivos que levaram os índios a invadir a propriedade uma vez que havia um acordo no qual os índios se comprometeram a não invadir novas áreas.

Segundo relatado de alguns dos índios que participaram da reunião publicados no portal catve.com, o grupo decidiu invadir a Fazenda porque a Funai e a prefeitura de Terra Roxa descumpriram suas partes no acordo.

De acordo com os índios, as cestas básicas entregues pela Funai e pela Prefeitura de Terra Roxa, além de serem insuficientes, têm atrasado até 60 dias, quando deveriam ser entregues a cada 30 dias. Os indígenas dizem que os alimentos e recursos são insuficientes para todos os moradores, que se veem obrigados a formar novos grupos e partir em busca de uma nova terra.

Ao final da reunião, o MPF informou que irá diligenciar e tomar as providências necessárias para cobrar junto à Funai e à Prefeitura a prestação dos serviços públicos, visando atender às principais reivindicações dos representantes da aldeia, notadamente no que diz respeito à distribuição regular de cestas básicas em número suficiente para atender todas as famílias.

Os índios ameaçam com novas invasões, caso as promessas não sejam cumpridas.



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

Prefeitura de Terra Roxa diz índios que invadiram fazenda vêm do Paraguai

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 20.08.2014

Em reportagem à rádio CBN de Maringá, o assessor de comunicação da prefeitura de Terra Roxa, Evandro Mendes, negou que a prefeitura tenha descumprido o acordo feito com os índios, o MPF e a Funai. Mendes disse que todos os índios cadastrados na prefeitura recebem cestas básicas, mas no caso da invasão dessa semana no município, os índios vieram do Paraguai.

Veja matéria original no site da CBN Maringá: Índios de Terra Roxa relatam atraso na entrega de cestas básicas pela FUNAI e ameaçam ocupar propriedades rurais

http://www.cbnmaringa.com.br/page/noticias_detalhe.asp?cod=230329



Índios se armam e montam pequeno exército no interior do Maranhão

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 20.08.2014

No último dia 06 de agosto um grupo de índios urubu-ka'apor atacou um acampamento de madeireiros na região oeste do Maranhão. Os índios atearam fogo às máquinas e barracos e apreenderam várias espingardas de caça que estavam na posse dos trabalhadores do acampamento. Há meses o Questão Indígena vem alertando para as ações dos urubu-ka'apor em ações de patrulha armada das terras que consideram deles.

De acordo com os, indígenas, nem Exército, nem IBAMA, nem Polícia Ambiental e Federal, fizeram tanto pela proteção do território deles quanto a milícia indígena. O pequeno exército indígena diz estar realizando o monitoramento das fronteiras do seu território, limpando picos e que continuarão realizando missões de vigilância.



Pesquisador faz análise da situação atual dos povos indígenas no Brasil

SÍTIO PORTAL FIOCRUZ, 20.08.2014

Fonte: Informe Ensp

O número de indígenas no Brasil cresceu nos últimos 30 anos, ou pelo menos daqueles que se autodeclararam como membros destes povos. É o que indica uma análise sobre os três últimos censos promovidos pelo IBGE, quando este número saltou de 294 mil pessoas, em 1991, para 734 mil, no ano 2000, e 817 mil, em 2010. Desde que a autodeclaração de raça e cor do censo incluiu a categoria "indígena" para toda a população entrevistada, e não apenas em grupos amostrais, fato ocorrido em 2010, promoveu-se também uma ampliação nos registros de etnia, língua materna e condições de saúde desta população.

Em entrevista à Ensp TV, programa da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), o pesquisador da Escola e coordenador do Grupo de Trabalho Demografia dos Povos Indígenas no Brasil da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), Ricardo Ventura Santos, fez uma análise sobre os dados apresentados pelo IBGE, que mostram, além do crescimento importante desta população, um aumento das desigualdades em diversos planos acerca dessa sociedade.

Segundo o pesquisador, o crescimento dessa população "reflete uma mudança na questão da classificação, que não tem uma explicação biológica, mas social e cultural". Em sua opinião, há uma fluidez de classificação, que é importante porque pode refletir de várias maneiras, por exemplo na elaboração de políticas públicas no Brasil.

Veja a entrevista completa no vídeo abaixo.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=hOH9WmigZsA



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

Indígenas fazem segundo bloqueio consecutivo de rodovia exigindo demarcação de terras no Norte gaúcho

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 20.08.2014

Das 9h às 17h, passagem era liberada uma vez por hora

Um grupo de mais de 80 índios promoveu hoje a segunda manifestação da semana na ERS-343, entre Sananduva e Cacique Doble, no Norte gaúcho. O km 51 da rodovia ficou totalmente bloqueado, mas veículos de urgência, como ambulâncias, eram liberados sem restrição. Os indígenas chegaram a colocar um trator na rodovia para impedir os motoristas de furar o bloqueio. O mesmo já havia ocorrido ontem.

Os manifestantes interromperam o trânsito das 9h às 17h, liberando a passagem dos veículos uma vez a cada hora, conforme o Comando Rodoviário da Brigada Militar. Os índios exigem a demarcação de terras da reserva Passo Grande do Rio Forquilha, que abrange terras entre os dois municípios. Essa é uma das cinco áreas que são alvo de disputa entre indígenas e agricultores.



Polícia Federal apreende armas, documentos e planejamento de invasão indígena
SÍTIO RADAR BO, 20.08.2014

Conforme informações apuradas pela equipe do Portal Guaíra junto Polícia Federal (PF) de Guaíra/PR, no final da tarde de segunda-feira (18), após a desocupação da Fazenda São Paulo, na Vila Guarani – divisa entre Guaíra e Terra Roxa, agentes da PF capitaneados pelo Delegado Dr. Marco Smith, encontraram documentos, armas e munições escondidas na mata. Entre os documentos, consta o planejamento para a invasão da Fazenda São Paulo e o novo nome que os demais índios deveriam chamar o Cacique.

Foram apreendidas uma espingarda calibre .22, uma garrucha de mão calibre .24, uma espingarda artesanal calibre .24. Segundo informações, todos que participaram da invasão deveriam contar a mesma história, que naquele local seus ancestrais haviam sido enterrados. A equipe da Polícia Federal que participou da negociação para que os índios deixassem as terras, registram todo o material apreendido. Ministério Público Ontem (19) pela manhã, representante dos indígenas e FUNAI, estiveram reunidos no Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Guaíra. A reunião foi de portas fechadas e a imprensa não pode acompanhar. Conforme informações, ainda em 2013, esses mesmos indígenas fizeram um acordo para não invadir mais terras, porém, eles (índios) reclamam da falta de atenção por parte dos municípios, o atraso constante no recebimento de cesta básica.

Fonte: Portal Guaira



MPF investiga ameaças de fazendeiros contra indígenas

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 20.08.2014

Priscilla Silva, da Redação GD

A coação e ameaças contra índios da etnia Kanela do Araguaia é alvo de inquéritos instaurados no Ministério Público Federal (MPF). A ausência de demarcação de um território para os indígenas os coloca em uma situação de insegurança. Conforme o órgão, o grupo também sofre com os constantes bloqueios que impedem o acesso à Aldeia Porto Velho, situada nas margens do rio Tapirapé entre os municípios de Santa Terezinha e Luciana, na região nordeste de Mato Grosso.

Os índios Kanela do Araguaia têm origem no estado do Maranhão e atualmente vivem como 'nômades', pois são praticamente obrigados a mudarem a de lugar a cada ameaça sofrida pela etnia.

Obras na rodovia MT-100 e bloqueios de estradas por fazendeiros estão entre os problemas enfrentados pelos indígenas e fazem parte de um dos inquéritos instaurados pelo MPF que investiga as dificuldades de acesso aos territórios tradicionalmente ocupados por membros da etnia indígena Kanela, na região da Aldeia Porto Velho.

O outro inquérito civil tentará identificar a delimitação, demarcação e regularização das terras ocupadas pela etnia Kanela nas margens do rio Tapirapé. O Ministério Público Federal já solicitou informações para a Funai sobre o tramite dos estudos relativos ao pleito dos indígenas.

História- Os índios Kanela saíram do Maranhão nos anos 40 em decorrências de ameaças e passaram a viver em Mato Grosso, na região dos rios Araguaia e Tapirapé.

Os primeiros registros da presença dos Kanela no noroeste de Mato Grosso são da década de 1950. Porém, apesar das constantes violências e perseguições, algumas famílias permanecem na aldeia Porto Velho, às margens do rio Tapirapé, localidade em que reivindicam o reconhecimento de seu território.

A maioria dos indígenas mora nas cidades vizinhas da região em condições precárias e com o desejo de ver o povo Kanela novamente reunido. Atualmente os índios Kanela são uma população de aproximadamente 800 pessoas. (Com assessoria de imprensa)

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Senac leva curso de gestão em projetos à aldeia indígena Kaxinawá

SÍTIO CONTILNET, 20.08.2014

Os mais de 780 indígenas da etnia kaxynawá passam a ter, a partir de agora, acesso à educação profissional.

Com o objetivo de interiorizar as ações, o Senac/AC leva curso de gestão em projetos sociais para a aldeia indígena da Colônia 27, da etnia kaxinawá, em Tarauacá. A aula inaugural da primeira turma do curso, composta por 22 alunos, aconteceu na própria aldeia semana passada, com a presença da diretora regional do Senac, Hirlete Meireles.

Os mais de 780 indígenas da etnia kaxynawá passam a ter, a partir de agora, acesso à educação profissional através de cursos que podem proporcionar a realização de projetos sociais que ajudem a melhorar a qualidade de vida de toda a tribo. Os cursos foram disponibilizados através do Programa Senac de Gratuidade (PSG).

f



Os mais de 780 indígenas da etnia kaxynawá passam a ter, a partir de agora, acesso à educação profissional/Foto: Assessoria

Os representantes do Senac assistiram ainda à apresentação de dança denominada "katxinawa" que, segundo os indígenas, foi realizada como forma de pedir proteção da floresta para o curso e para todos aqueles que fizeram parte do ritual.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

“Para nós que somos da floresta, e tudo distante, é importante esse curso do Senac, que vai ajudar nossos jovens a aprender a fazer projetos que melhoram nossa vida. Nós agradecemos a todos do Senac por ter vindo aqui na aldeia, pedimos a proteção da floresta para eles”, disse o cacique Assis Gomes da Silva Kaxinawá.

A diretora regional do Senac, Hirlete Meireles, destaca o atendimento da instituição na aldeia. “Eu fico imensamente feliz por estar fazendo parte de todo esse processo de interiorização. Ampliamos nosso atendimento e conseguimos atender os 22 municípios do nosso estado”, finalizou.



Povo indígena Ka'apor inicia operação contra madeireiros na TI Alto Turiaçu, Maranhão

SÍTIO AATIJUPA, 20.08.2014

No último dia 03 de agosto de 2014 cerca de 50 Ka'apor iniciaram uma operação de autovigilância e autofiscalização intensa que vai perdurar por todo o verão na Terra Indígena Alto Turiaçu.

Ações realizadas pelos próprios indígenas que cansaram de esperar pela Funai que há quase quatro meses se ausentou da área, não apresentando nenhuma justificativa; não cumpriu com a determinação judicial de criar Postos de Vigilância e Fiscalização para a proteção do território Indígena. No dia 06 de agosto de 2014 esses indígenas resolveram realizar uma grande missão no interior do território, região do município de Centro do Guilherme onde encontraram vários agressores dentro da terra indígena.

Foram cerca de 12 horas andando na mata. Na ocasião queimaram cerca de 12 maquinários (caminhões, tratores, jiricos) e apreenderam armas junto as pessoas que agrediam a reserva. Segundo indígenas, nem Exército, nem IBAMA, nem Polícia Ambiental e Federal, quando estiveram no território nos anos de 2012 e 2013, conseguiram ter esse saldo, fazer apreensão desses equipamentos e impedir que os agressores retornassem para o interior do território. Relatam que estão realizando o mapeamento de sua área, limpeza dos picos, que conhecem todos os pontos onde há agressores e que vão continuar realizando missões até os agressores se retirarem de vez do território.

Fonte: Associação KAAPORTARUPI e Conselho de Gestão Ka'apor.



Comunidades resistentes se autodeclaram Gamela e lutam por terras entregues ao povo ainda no Império
SÍTIO CIMI, 20.08.2014

As comunidades de Taquaritiua e Centro do Antero, localizadas no município de Viana, Maranhão, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), retomaram em 2013 a luta que atravessa décadas pelo reconhecimento de sua identidade enquanto povo indígena. No último dia 2 de agosto, realizaram uma Assembleia de Autodeclaração de pertencimento ao povo Gamela.

Todavia, a luta por tal reconhecimento abre espaços para uma outra. Desde a década de 1970, as terras tradicionais deste povo, entregues aos gamela pelo Império português, começaram a ser invadidas e tomadas. A violência colonial os obrigou a resistir, e uma forma encontrada foi silenciar quanto a tal pertencimento. Do contrário, as comunidades poderiam ter sido extintas.

Para a resolução do conflito fundiário, foram oferecidos muitos caminhos: a reforma agrária tradicional, o programa de crédito fundiário, regularização fundiária como quilombo, mas as alternativas foram rejeitadas porque apenas um caminho era aceitável: a memória das comunidades de pertencimento a determinado povo indígena. Já eram reconhecimentos pelos "de fora" como "os moradores de Taquaritiua são índios". É assim que nas cidades da região são olhados desde tempos imemoriais.

Passados tantos anos, é possível compreender que a luta, na verdade, sempre foi e continua sendo contra a homogeneidade fabricada e imposta pelo Estado, que nunca tolerou a pluralidade de nações, as diferentes culturas e formas de organização no interior de suas fronteiras montadas a ferro e fogo. O resultado foi o genocídio físico e cultural de centenas de povos originários. Nesse contexto é compressível que a negação, ou melhor, o 'escondimento' da identidade do grupo foi uma estratégia de sobrevivência em razão de massacres e do preconceito contra os povos originários.

A situação e o contexto, sobretudo, quando marcados pela violência - seja ela física ou simbólica - demanda um cuidado maior para que sinais e signos elaborados pelos grupos sejam percebidos como referências de si e do mundo que os rodeia.

No caso específico de Taquaritiua, segundo os idosos, desde a década de 1970, foi iniciado o loteamento e o registro cartorial em nome de particulares das terras antes de uso comum das comunidades. Ouvimos dona Lili se referir a este tempo como sendo "o tempo da guerra contra os grileiros, que contratavam os serviços de pistoleiros e policiais".

O conflito trouxe como consequências: (1) a fragmentação das relações entre as comunidades espalhadas dentro do território. Segundo Epitácio, antes do início do conflito "desde a Ricoa até aqui (Taquaritiua) era tudo só uma irmandade; agora algumas comunidades se autodefinem como quilombolas, outras foram transformadas em assentamento da reforma agrária"; (2) a

CONT.



perda das terras. A terra dos índios era maior que 10 mil hectares, mas atualmente nada sobrou, ou melhor, sobraram 552 hectares que há décadas estão em processo de regularização, tramitando no ITERMA. Porém, recentemente, descobriram uma certidão do cartório de Viana em nome de um grileiro conhecido na região. Diante dessa situação, questionou Marcelino: “a terra dos índios era mais de 10 mil hectares e nós vamos lutar apenas por esses 552 hectares? Não pode”.

Segundo Pedro, “antigamente, nos dias de domingo, as famílias se reuniam para conversar, visitavam-se... hoje está tudo mudado”. Há ainda no território da comunidade dois Terreiros de Culto de Pajelança em funcionamento; só recentemente foi introduzido o Tambor de Mina. Antes, segundo moradores, “os pajés curavam apenas com Maracá”, mas ainda há “brinquedo cura” no qual os brincantes usam trajes indígenas.

Estamos diante do fenômeno de redefinições de identidades, que devem ser encaradas como estratégias de sobrevivência diante da pressão do latifúndio, da omissão do Estado em garantir os direitos das minorias e da dificuldade de movimentos sociais lidarem com a diversidade étnica.

Taquaritiua, segundo muitos moradores dessas terras, é apenas parte de um grande povo que, segundo as memórias do major Francisco de Paula Ribeiro[1], escritas em 1819 e publicadas em 1841, estava presente desde Caxias até as matas das vilas de Monção, Penalva, Viana e até o rio Gurupi. Em 1930, o pesquisador alemão Curt Nimuendajú, em sua passagem pelo Maranhão, mais precisamente no município de Penalva, encontrou alguns Gamellas “puros”. Da conversa com esses indígenas coletou palavras e classificou a língua do povo como isolada[2]. Em 1983, o antropólogo Mércio Pereira Gomes visitou duas das aldeias que formavam a comunidade de Itaquaritiua[3].

O que ouvimos desde 2013 foi uma repetição de que eles (os moradores de Taquaritiua) são índios e assim são reconhecidos pelos de fora. Na memória da comunidade, até os anos 1960 recebiam visitas dos índios. Essas visitas eram fundamentais para a coesão das comunidades, para a preservação dos recursos naturais e a integridade das fronteiras da terra. No último dia 2 de agosto, dois depoimentos foram fundamentais para o entendimento do pertencimento étnico e das visitas dos índios àquelas terras.

O primeiro testemunho foi dado por Pedro, 84 anos, que ao descrever as visitas assim se referiu: “Eles vinham ver as terras, durante as visitas a gente pescava para eles, fazia farinha para eles, era assim; eles andavam nos variantes da terra... eles vinham visitar porque eram da mesma nação dos (índios) daqui... eram gamela”. Em outro depoimento, Eptácio se referindo a Domingos, conhecido como Domingos Manceta, chefe de caçada, assim recorda: “Domingos organizava os grupos para irem caçar – essas caçadas duravam dias – quando estavam por lá, ele ouvia barulho na mata e dizia ‘os gamelas tão por perto’, ele chamava e eles vinham, falavam com ele na língua, dava fumo pra eles... depois eles iam embora”.

Durante as últimas conversas, um elemento muito importante nas falas foi a explicitação dos vínculos de parentesco, de trabalho, entre a comunidade de Taquaritiua e a comunidade de Capivarí, município de Penalva, também aldeia do povo Gamela.

CONT.



O fundamental desses depoimentos é a explicitação da consciência da identidade do grupo – “aqui em Taquaritiua, Centro do Antero, tem pouca gente que não seja parente aqui... meu desejo é que aparecessem aqui uma, duas ou três pessoas dizendo que são índios... porque aqui é indígena”, diz Pedro Gamela (foto).

Epitácio Gamela, falando sobre a ocupação destas terras, assim se referiu: “Sempre tem aqueles que querem ficar mais longe das cidades. Os índios sempre procuram fazer suas moradas perto das matas. Pelos caminhos foram ficando os índios domesticados os outros entram pra matas fechadas”.

Assim, é provável que os índios que visitavam Taquaritiua fossem parte dos gamelas que não foram dominados e continuaram fugindo do contato com os agentes da colonização branca. Nesse aspecto, podemos pensar que o povo Gamela em fuga possa ter se encontrado com o povo Ka’apor[4] que, em fuga do sul do Pará, havia chegado à fronteira oeste do Maranhão e logo após a dominação, em 1928[5], puderam retornar aos seus antigos territórios nos municípios de Viana, Cajari, Penalva, Matinha. Segundo o mesmo Epitácio, “os caçadores de Taquaritiua conheciam os sinais e sons deixados pelos índios na mata e com isso sabiam quando eles tavam perto de vir fazer a visita”.

Seguindo os passos de F. Barth, “o conceito de etnicidade está relacionado com o sentido organizacional dos grupos étnicos, esses são entendidos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e que além de perpetuarem-se biologicamente, compartilham valores culturais fundamentais. O grupo se organiza para interagir e categorizar-se a si mesmo e aos outros”[6].

Essas histórias foram interpretadas por Durval: “uma árvore pode ser cortada muitas vezes, mas sempre que brotar será a mesma árvore; assim: se a gente cortar uma bananeira quando ela brotar será uma bananeira; o broto não será uma laranjeira; o que está acontecendo com os povos indígenas é igual: eles tentaram acabar com a gente, mas agora nós estamos nos levantando como povo indígena”.

Somente assim pode ser interpretada a forma como se dá a apresentação: “Eu sou de descendência indígena, nasci e me criei aqui, minha mãe é daqui, minha avó, meu avô, tudo índio daqui”. Esse testemunho dos moradores de Taquaritiua desautoriza a afirmação de que o caso da comunidade de Taquaritiua se constitui como “um dos exemplos mais singulares da lenta passagem assimilativa de povos indígenas a camponeses brasileiros”, ou que se trate de caboclos e não de indígenas. Aliás, os substantivos caboclo e índio se equivalem. Como dizem: “os cabocos foram pra mata ou tão chegando da mata”.

A Assembleia de AUTO DECLARAÇÃO de sua identidade étnica e de pertencimento ao povo Gamela pelas comunidades Taquaratiua e Centro do Antero, se insere na grande marcha do ressurgimento das identidades historicamente negadas e, mais do que isso, esmagadas pelo Estado brasileiro. Passo necessário para que seja assegurada a efetivação do preceito constitucional:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e
CONT.



tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Se por longos anos os povos originários silenciaram para sobreviver, agora têm consciência de que é preciso gritar alto para terem o direito à existência. "Era como se uma pedra grande estivesse em cima da plantinha. Essa pedra foi tirada e estamos aqui para contar e celebrar a nossa história", afirma Cal Gamela.

[1] http://biblio.wdfiles.com/local--files/ribeiro-1841-memoria/ribeiro_1841_memoria.pdf. Paag. 193. Acesso 11/08/2014.

[2] NIMUENDAJU, Curt. the Gamella Indians. Primitive Man. vol. X, nº 3 e 4 . jul nd october. 1937

[3] GOMES, Mércio Pereira. O Índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade . – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Capítulo V. Liberdade ainda que Recôndita . Página 183-208. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012003000100007. Acesso em 11/08/2014

[4] <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor/653>. Acesso em 08/08/2014.

[5] Darcy Ribeiro. A Pacificação dos Índios Urubu-Kaapor. In: <http://www-01.sil.org/americas/BRASIL/publcns/stories/PortUKDc.pdf>. Acesso em /08/2014.

[6] Francine Nunes da Silva. Fichamento de BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. In: <http://necon-ufsm.blogspot.com.br/2010/07/fichamento-de-barth-f-grupos-etnicos-e.html>. Acesso em 07/08/2014.



Movimento de Povos Indígenas da Bahia repudia proposta de privatização da saúde indígena

SÍTIO CIMI, 20.08.2014

O Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) entidade que reuni 143 comunidades indígenas de 22 etnias sendo elas: Tupinambá, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hã-e, Kiriri, Tuxá, Tumbalalá, Atikum, Pakararé, Kaimbé, Pankarú, Pakararú, Xukuru-Kariri, Kariri-Xóco-Fulni-ô, Funi-ô, Potiguara, Tapuia, Kambiwá, Kapinawá, Xacriabá, Payaya, Kantaruré e Tuxi, totalizando um contingente de mais 56.800 indígenas distribuídos em 33 municípios, vem a público manifestar veemente repúdio a proposta de privatização da saúde indígena no Brasil.

Esta iniciativa está sendo arquitetada por meio da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) que, segundo proposta apresentada pelo secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, passaria ser a instituição responsável pela execução das ações de atenção à saúde direcionadas para nós, povos indígenas. Não é segredo para ninguém, muito menos para o governo, que as ações de atenção à saúde indígena são um verdadeiro desastre no Brasil.

No entanto, ao invés de caminhar no sentido de efetivar encaminhamentos aprovados pelos povos indígenas nas diversas conferências de saúde e garantir o verdadeiro controle social pelos povos, o governo pretende, também na área da saúde, retroceder em relação aos nossos direitos. Desse modo, consideramos uma afronta, após tantas tentativas e esforços empregados com o objetivo de melhorarmos a Política da Atenção à Saúde Indígena no país, ficarmos sabendo que o governo federal tem em suas mangas uma proposta pronta de "reforma" desta política. Feita às pressas e sem qualquer procedimento de consulta ou construção coletiva, esta proposta explicita uma postura colonialista do governo federal e um absoluto desrespeito aos povos indígenas de todo o Brasil.

Trata-se de mais uma proposta feita no ar condicionado dos gabinetes de Brasília, totalmente distante da realidade das aldeias indígenas. Pedimos ao Ministério Público Federal que intervenha nesse processo defendendo o direito coletivo dos povos indígenas a um atendimento público e de qualidade na política de saúde indígena. O Estado brasileiro não pode isentar-se dessa responsabilidade para com os povos indígenas. Informamos também que os povos indígenas da Bahia não aceitarão de forma alguma esta proposta e usará todas as formas legais para que tal proposta não seja efetivada, mas se as formas legais não forem suficientes estaremos preparados como sempre para derramar nosso sangue sobre este solo para que nossas crianças tenham de fato e de direito uma saúde de qualidade.

Por último, queremos reafirmar que sem o direito à terra tradicional ser respeitado não existe saúde para os povos indígenas, já que vivendo na beira das estradas, na periferia das cidades ou expulsos de nossos lugares ancestrais, não temos condições de exercer nossos modos de vida tradicionais.

Salvador, 14 de agosto de 2014



No Maranhão, povo Ka'apor inicia nova operação contra invasão de madeireiros na TI Alto Turiçu

SÍTIO CIMI, 20.08.2014

No último dia 3 de agosto cerca de 50 Ka'apor iniciaram uma operação de autovigilância e autofiscalização intensa que vai perdurar por todo o verão na Terra Indígena Alto Turiçu, estado do Maranhão.

As ações da operação Marakaja hu Juma'i são realizadas pelos próprios indígenas, cansados de esperar pela Funai, que há quase quatro meses se ausentou da área sem apresentar nenhuma justificativa, descumprindo a determinação judicial de criar Postos de Vigilância e Fiscalização para a proteção do território Indígena.

No dia 6 de agosto esses indígenas resolveram realizar uma grande missão no interior do território, região do município de Centro do Guilherme, onde encontraram vários agressores dentro da terra indígena. Foram cerca de 12 horas andando na mata. Na ocasião queimaram aproximadamente 12 maquinários (caminhões, tratores, jiricos) e apreenderam armas junto as pessoas que agrediam a reserva.

De acordo com os indígenas, nem Exército, nem IBAMA, nem Polícia Ambiental e Federal, quando estiveram no território nos anos de 2012 e 2013, conseguiram ter esse saldo, fazer apreensão desses equipamentos e impedir que os agressores retornassem para o interior do território. Os Ka'apor relatam que estão realizando o mapeamento de sua área, limpeza dos picos, que conhecem todos os pontos onde há agressores e que vão continuar realizando missões até os agressores se retirarem de vez do território.

Associação KAAPORTARUPI e Conselho de Gestão Ka'apor.



Comunidades quilombolas terão encontro em Bom Jesus

SÍTIO SETE SEGUNDOS, 20.08.2014

O município de Bom Jesus da Lapa, no oeste da Bahia, foi escolhido para sediar o 1º Seminário das Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que acontecerá entre os dias 27 e 29 de agosto, reunindo comunidades de remanescentes de quilombos que habitam as margens do Velho Chico e seus afluentes. Durante o encontro, promovido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, serão tratados temas como regularização fundiária; políticas públicas para as comunidades quilombolas; saúde e educação; impactos de grandes empreendimentos e o Pacto das Águas, entre outros assuntos. O Seminário é gratuito e acontece no Centro de Treinamento de Líderes - CTL, localizado na Avenida São Vicente de Paulo, s/n.

A primeira manhã de trabalho do seminário, no dia 28 de agosto, será aberta pelo presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda. Além das comunidades quilombolas, os debates envolverão representantes governamentais que lidam com as políticas para os chamados 'povos tradicionais'. Entre os órgãos convidados estão a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura – MinC, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, entre outros.

Para o coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco do CBHSF, Claudio Pereira, responsável pelo encontro, "o seminário será um momento de estabelecer diretrizes e dar encaminhamentos para garantia de maior visibilidade dos povos tradicionais na bacia do Velho Chico". A expectativa do coordenador é reunir cerca de 150 lideranças quilombolas dos estados que compõem a Bacia do Velho Chico (Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas e Pernambuco).

1º Seminário das Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

PROGRAMAÇÃO

Dia 27/08/2014

19h00 - Abertura oficial e jantar de boas vindas

Dia 28/08/2014

8h - Credenciamento dos participantes

8h30 - Abertura: Anivaldo Miranda - Presidente do CBHSF; e Cláudio Pereira - Coordenador da CCR Médio SF e representante das organizações quilombolas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

9h - Mesa 1: Territórios Quilombola: Da Certificação a Titulação.

Fundação Palmares, Incra, SPU, Ouvidoria Agrária

09h45 - Debate

10h - Mesa 2: Políticas Públicas de afirmação, Promoção e Reparação. SEPPIR

10h45 - Debate

11h - Mesa 3: Impactos dos grandes empreendimentos, e pacto pelas águas - CBHSF, MPF, Fundação Palmares:

11h45 - Debate

12h30 - Intervalo para almoço

14h - Mesa 4: Organização Sócio Cultural e situação atual das comunidades.

Conaq, Conselhos Estaduais.

14h30 - Oficinas Temáticas: Organização em grupos de trabalho

GT.1. Regularização fundiária e conflitos agrários. GT.2. Organização sócio cultural e pactos pelas águas. GT.3. Saúde e Educação. GT.4. Produção e desenvolvimento sustentável. GT.5. Infraestrutura e abastecimento. GT.6. Impactos dos grandes empreendimentos e modelo de desenvolvimento.

17h - Apresentação dos grupos

18h30 - Encerramento

19h - Jantar de confraternização e noite cultural

Dia 29/08/2014

8h30 - Plenária para elaboração do relatório final

12h - Encerramento

12h30 - Almoço

Por: Redação

Fonte: Assessoria



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

Quilombolas do território se reúnem com governo

SÍTIO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, 20.08.2014

Representantes de comunidades quilombolas do Território Litoral Norte/Agreste Baiano, a prefeita de Araçás Maria das Graças, Taiane Ribeiro, da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS/Alagoinhas) e técnicos da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Sedur) estiveram reunidos na tarde desta quarta-feira, 14, às 15h, no Salão Verde da Prefeitura para discutir questões relacionadas às comunidades quilombolas da região.

George Pedreira (Sepromi) informou que a partir da coleta das necessidades destas comunidades o Governo do Estado, em parceria com as prefeituras, definirá projetos em nível estadual e federal. "O governo instituiu um grupo intersetorial composto por 11 secretarias e quatro órgãos de Estado, tendo como finalidade tratar as demandas das comunidades do estado da Bahia, que poderão ser preenchidas dentro do Plano de Desenvolvimento Socioambiental e Sustentável. Há também a possibilidade de estas comunidades conseguirem recursos federais", assegurou George.

Foram discutidos na reunião os conflitos com fazendeiros, relacionamento com as indústrias, falta de escoamento da produção, diálogo direto com entes públicos, infraestrutura (saneamento básico, educação, saúde, habitação), educação diferenciada nas comunidades e títulos de posse de terras.

Também participaram representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA/Seagri), Direc 3 e das comunidades de Pedrão, Oiteiro, Entre Rios, Catuzinho Aramari, Coopama – Ponto do Beiju, Cangula, e dos conselhos da Comunidade Afro-descendentes e da Reparação Racial.

Fonte: SECOM - Secretaria de Comunicação

Publicado por:SECOM



Fórum Social Temático Energia: organizações exigem fim do Programa Nuclear Brasileiro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.08.2014

Por Dirceu Benincá, Revista Missões

Durante o Fórum Social Temático (FST) Energia, realizado neste final de semana, dias 7 a 10, na Universidade de Brasília (UnB), representantes de diversas organizações da sociedade civil, movimentos socioambientais e pesquisadores relataram experiências, apresentaram dados e debateram as consequências, perigos e ameaças oriundos da utilização da energia nuclear.

Depois reafirmaram a posição de exigir do Governo a desativação das usinas Angra 1 e 2, além da suspensão da construção de Angra 3. As obras de Angra 3, que iniciaram em 1984 e mais tarde permaneceram interrompidas por duas décadas, foram retomadas em 2010. Conforme a Revista Exame, até agora foram gastos 3,2 bilhões de reais. Seu custo total está orçado em 14,8 bilhões de reais.

O Plano Nacional de Energia prevê até 2030 a instalação de mais 4 usinas nucleares, duas das quais na Região Nordeste e outras duas na Região Sul e Sudeste. Os participantes do FST, no entanto, manifestaram-se contrários a esses projetos e insistiram na necessidade de maior investimento do governo para a geração de energia a partir de fontes mais limpas, como a eólica, solar e biomassa. Além disso, defenderam a democratização na produção da energia e a sua distribuição de maneira justa para todos.

Emico Para Emico Okuno, professora de Física do Instituto de Física da USP, o principal perigo das usinas nucleares se verifica quando ocorre algum acidente. "O acidente nuclear é diferente de qualquer outro. Enquanto outros acontecem e terminam, o efeito do acidente numa usina nuclear se prolonga por muito tempo. O local fica contaminado por até 300 anos e as consequências são devastadoras. Fora isso, a energia nuclear é muito cara e o Brasil não precisa dela para fazer frente às suas demandas", afirma. Okuno explica que doses altas de radiação nuclear causam a morte em pouco tempo e doses baixas provocam efeitos tardios, entre os quais o câncer, que é o mais temido.

"Além dos perigos com a contaminação nuclear, há também o problema dos resíduos. Até hoje não se sabe o que fazer com esse material", informa Heitor Scalabrini Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Articulação Antinuclear Brasileira. Segundo ele, é comum ouvir que a energia nuclear não gera gás de efeito estufa, mas isso é meia verdade, pois para que uma central nuclear funcione, ela precisa de combustível nuclear e, para obtê-lo, as indústrias emitem gases. Scalabrini alerta ainda para o fato de que a energia nuclear pode desembocar na fabricação da bomba atômica. Conclui dizendo que a energia nuclear não é nem barata, nem limpa e nem segura.

Marcelo de Souza Porto, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação

CONT.



Oswaldo Cruz e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, chama atenção para as injustiças ambientais que se verificam nos processos de geração de energia. "A injustiça ambiental é consequência de um modelo de desenvolvimento e de uma lógica político-econômica que faz com que os benefícios e o poder se concentrem nas mãos de poucos e muitas cargas recaiam sobre as populações mais vulneráveis". Significa dizer que os impactos ambientais são distribuídos de modo desigual na sociedade, com os maiores benefícios para os mais abastados e, por outro lado, os maiores riscos, perigos e impactos para os tradicionalmente mais desfavorecidos. Entre eles, estão agricultores familiares, quilombolas, indígenas, trabalhadores em mineração, atingidos por barragens e outros.

GiannasiA auditora fiscal do Ministério do Trabalho, Fernanda Giannasi, ao acompanhar graves situações geradas pelo manuseio e pelo contato com produtos perigosos, tornou-se uma militante de movimentos sociais que lutam contra o uso do mercúrio, do amianto e do urânio. Ela explica que depois da invenção da bomba atômica, a indústria bélica começou a fazer uso comercial dessa arma. "Os EUA doaram reatores nucleares, inclusive ao Brasil, para serem usados na medicina. Daí adveio o desenvolvimento industrial da energia nuclear para a área médica, para a engenharia, para a prospecção de petróleo, etc". Giannasi afirma ainda que a energia nuclear sempre esteve envolvida num grande segredo. "Discutir energia nuclear não é somente discutir geração núcleo-elétrica, mas a geração de todos os problemas que estão relacionados com essa tecnologia".

Giannasi define a gestão da energia nuclear no país como um desastre. Isso pelo descumprimento de normas de segurança e pela falta de informações adequadas às pessoas que trabalham nesses empreendimentos e à população do entorno. "Não aprendemos nada com os grandes acidentes que tivemos, como o da Pensilvânia (Estados Unidos), de Chernobyl (Ucrânia) e de Fukushima (Japão)".

A auditora Giannasi alerta para o fato de que as usinas nucleares hoje não são mais seguras do que em outras épocas e acrescenta que a vida útil do reator de Angra 1 já venceu. Compreende, assim, que a tecnologia nuclear tem que ser repensada em todo o seu campo de produção e utilização. Segundo ela, para alguns usos da área médica ainda não há substituto, mas no restante pode-se e deve-se substituí-la.

-

Enviada por Zoraide Vilasboas.



MPF MT e PF interceptam legalmente telefonema acertando propina de ruralistas ao relator da PEC 215

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 21.08.2014

Acrescentou o magistrado federal que “o fato de o relatório da PEC 215/2000 ter sido, supostamente, ‘terceirizado’ para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representa, a princípio, um desvirtuamento da conduta do parlamentar responsável pela elaboração da PEC, eis que a CNA é parte política diretamente interessada no resultado da mencionada PEC” [destaque deste blog]

MPF MT

Conversa telefônica legalmente interceptada, revela que o líder ruralista Sebastião Ferreira Prado planejava o pagamento de R\$ 30 mil a advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que seria o responsável pelo relatório da PEC 215, na Comissão Especial que aprecia a matéria na Câmara dos Deputados. No diálogo interceptado, Sebastião afirma que “o cara que é relator, o deputado federal que é o relator da PEC 215, quem tá fazendo pra ele a relatoria é o Rudy, advogado da CNA, que é amigo e companheiro nosso”.

O diálogo que revelou a interferência indevida de ruralistas na tramitação do Projeto de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) foi interceptado, com autorização judicial, durante as investigações da organização criminosa envolvida com as reiteradas invasões à Terra Indígena Marãiwatsédé, da etnia Xavante, no nordeste de Mato Grosso.

Sebastião Prado, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum), está preso desde o dia 7 de agosto quando o Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram a operação para desarticular a atuação do grupo que coordenava e aliciava pessoas para resistirem à desocupação do território indígena. O grupo recebia recursos de apoiadores de outros Estados para financiar suas atividades, inviabilizando a efetiva ocupação do território pelos índios.

A influência do movimento de resistência extrapolava os limites de Mato Grosso e influenciava, também, conflitos na Bahia, Paraná, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, Sebastião Prado foi preso temporariamente, mas em requerimento apresentado à Justiça Federal no dia 11 de agosto, o MPF sustentou que a manutenção da prisão de Sebastião Prado tutela o “direito fundamental a um ordenamento jurídico constitucional estabelecido de modo legítimo, livre de interferências indevidas, segundo os princípios democráticos e republicanos que devem fundamentar a conformação ética, política e jurídica da sociedade brasileira”. O MPF acrescentou que o fato de a conduta da liderança ruralista direcionar-se a corromper a edição de ato normativo destinado a transformar a própria ordem constitucional é circunstância sobremaneira gravosa, a exigir do Poder Judiciário medida capaz de obstar tal situação, ameaçadora do próprio estado de direito e da ordem republicana e democrática.

CONT.



Ao apreciar o requerimento do MPF, a Justiça Federal entendeu que o lobby no âmbito do Congresso Nacional é um aspecto inerente ao próprio processo político, sendo que, a princípio, nada há de mais em se tentar influenciar o relator da PEC 215. Todavia, o juiz afirma que "o problema reside exatamente no meio utilizado para se efetuar o lobby, no caso mediante pagamento ao advogado (ou assessor) responsável pela elaboração do parecer, envolvendo inclusive a Confederação Nacional da Agricultura – CNA".

Acrescentou o magistrado federal que "o fato de o relatório da PEC 215/2000 ter sido, supostamente, 'terceirizado' para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representa, a princípio, um desvirtuamento da conduta do parlamentar responsável pela elaboração da PEC, eis que a CNA é parte política diretamente interessada no resultado da mencionada PEC".

Ao final da decisão que decretou a prisão preventiva de Sebastião Prado, a Justiça Federal ressaltou que "o objeto da PEC é exatamente poder rever a demarcação de terras indígenas já consumadas como é o caso de Marãiwatsédé, o que justifica a atitude do investigado e demais pessoas, ao tentarem a todo custo – segundo informações do MPF –, permanecer na área da reserva indígena, em total afronta a decisão judicial, transitada em julgado, na mais alta Corte deste País, no caso o Supremo Tribunal Federal".

Diversas diligências investigatórias ainda estão em curso, sendo que os documentos relacionados à possível participação de parlamentares federais no caso foram remetidos à Procuradoria Geral da República para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal no Mato Grosso

-

Título original: MPF e PF investigam interferência indevida de ruralistas na tramitação da PEC 215



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

Morro dos Cavalos – Terra Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=0AUNkVhTFuI

Madalena Giostri - Após uma série de reportagens publicadas pelo jornal Diário Catarinense a FUNAI e os Guaranis da aldeia Itaty, localizada no Morro dos Cavalos, analisam a situação em que se encontram.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Osmarina Kerexu Morro Dos Cavalos.



As hidrelétricas e o processo de intervenção na Amazônia. Entrevista especial com André Villas-Bôas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.08.2014

"O governo está restringindo a Convenção 169 da OIT após a decisão tomada. Desse modo, Tapajós será construída, então dificilmente o posicionamento dessas populações será considerado, porque a decisão política já está tomada", lamenta o coordenador do Instituto Socioambiental – ISA

IHU On-Line - "Qual modelo de desenvolvimento e ocupação que nós queremos na Amazônia? A construção das hidrelétricas que estão sendo feitas corresponde ao modelo que se deseja?", questiona André Villas-Bôas em entrevista à IHU On-Line, concedida por telefone. Na avaliação dele, é um equívoco "achar que as hidrelétricas não são uma força de atração de um conjunto de investimentos que acabam modelando a forma que estamos ocupando a Amazônia".

Entre os empreendimentos questionados na Amazônia, Villas-Bôas destaca a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que está com 50% das obras concluídas, e a hidrelétrica de Tapajós, que ainda está no projeto. Diante do processo de deliberação acerca desses empreendimentos, o indigenista chama a atenção para a necessidade de que a Convenção 169 da OIT seja vista como "uma oportunidade para se entender amiúde quais as preocupações dos povos indígenas em relação aos impactos desses empreendimentos sobre eles", já que a consulta pública não tem o poder de interferir nas decisões políticas. "Mesmo que o governo tome uma decisão a despeito do posicionamento dos índios, com base na consulta, ele pode talvez melhorar as medidas mitigatórias e compensatórias a partir desse diálogo que se estabelece", reitera.

André Villas-Bôas esclarece ainda que a construção de hidrelétricas traz uma série de outras implicações na Amazônia, desde a exploração ilegal madeireira até o avanço de especulação em torno da mineração, o que gera uma tensão entre as comunidades indígenas, agricultores, grileiros e extrativistas, porque eles disputam "terras públicas que ainda existem nessas regiões, tanto no Tapajós quanto na região do Xingu".

Para ele, a solução da questão indígena passa pela postura do Estado brasileiro de "incorporar a existência desses povos como um patrimônio e não um 'estorvo', como parecem entender alguns segmentos da sociedade brasileira". Dessa forma, enfatiza, as "políticas têm de ter condições de se adequarem às diferenças deles e, nesse sentido, deve haver um cuidado maior por parte do Estado brasileiro para adequar as políticas ao perfil deles. Isso dá trabalho, mas existem antropólogos, pessoas que entendem e que estudam essas populações, lideranças que conseguem falar português e línguas indígenas. Então, há condição de criar políticas através de um diálogo, sem preconceito, discriminação ou ignorando essas diferenças culturais e fazendo políticas homogêneas que desconhecem as diferenças desses povos".

E acrescenta: "Esse é o desafio, e para aceitá-lo o Estado tem de olhar essa população

CONT.



indígena como patrimônio do passado e do futuro do Brasil. Enquanto estivermos divididos, com uma visão de que índio é coisa do passado, e que a presença deles é uma ameaça ao desenvolvimento brasileiro, como os ruralistas têm colocado, realmente será difícil superar esse embate e haverá mais preocupações em relação a conflitos futuros”.

André Villas-Bôas é coordenador do Instituto Socioambiental – ISA. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as hidrelétricas já construídas e os projetos de hidrelétricas que afetam comunidades indígenas no país atualmente? É possível estimar quantas etnias indígenas e territórios já foram afetados por conta da construção de hidrelétricas e quantos ainda serão afetados caso as hidrelétricas previstas sejam construídas?

André Villas-Bôas – Não tenho essa conta, mas sei que, em relação a hidrelétricas já construídas, a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, afetou vários territórios não só no represamento, mas também, sobretudo, na linha de transmissão. A hidrelétrica de Itaipu também atingiu alguns territórios de Guarani.

Em relação aos planos de construção de novas hidrelétricas, eles são elaborados a longo prazo, então é complicado dizer algo para além daquelas hidrelétricas que já estão com planejamento em uma fase executiva. No momento, entre as hidrelétricas que estão sendo construídas, estão Belo Monte e Tapajós, que é a bola da vez como uma usina que o governo quer viabilizar e, diz o governo, de forma diferente da de Belo Monte. Então, nesse momento o governo está investindo em diálogos e processos para tentar fazer um processo diferente. Não sei se vai conseguir, não sei se vai fazer. A hidrelétrica de Tapajós afeta várias etnias que estão naquela região, entre elas os Mundurucu e Apiaká, que serão afetados de forma mais direta por esse empreendimento.

Qual a questão que está colocada em relação a isso? A questão primeira diz respeito à consulta prévia, já que o Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT, que obriga a fazer o processo de consulta prévia informada às populações afetadas, sobretudo, às populações indígenas. O governo não fez isso em Belo Monte, disse que fez mas não fez, e está dizendo que fará no caso de Tapajós. A aplicação dessa convenção não está regulamentada, então como fazer a construção das hidrelétricas de maneira que ela seja consistente, principalmente no que se refere aos povos indígenas, já que há parcelas dessa população que às vezes nem sequer falam a língua portuguesa? Será uma consulta restrita de lideranças da lei em detrimento das pessoas que estão dentro das comunidades, das mulheres que ficam mais distantes da política, ou será uma consulta nas comunidades, com informações claras sobre a natureza do empreendimento, com tradução da língua para que elas entendam plenamente e possam se manifestar, e que essas manifestações também possam ser produzidas e registradas nesse processo de forma adequada? Essa é a grande questão: qual será o modelo de consulta que o governo vai utilizar?

A consulta não é vinculante, ou seja, mesmo os índios se posicionando contra o empreendimento, o governo não está obrigado, pela convenção, a acatar o posicionamento dos índios, mas ele tem de responder a todas as indagações dos índios sobre o empreendimento. Nesse sentido, a convenção é uma oportunidade para se entender amiúde quais as

CONT.



preocupações dos povos indígenas em relação aos impactos desses empreendimentos sobre eles. Mesmo que o governo tome uma decisão a despeito do posicionamento dos índios, com base na consulta, ele pode talvez melhorar as medidas mitigatórias e compensatórias a partir desse diálogo que se estabelece.

Ocupação da Amazônia

Outro problema é achar que as hidrelétricas não são uma força de atração de um conjunto de investimentos que acabam modelando a forma que estamos ocupando a Amazônia. Mas esta discussão não vem para a mesa: qual modelo de desenvolvimento e ocupação que nós queremos na Amazônia? A construção das hidrelétricas que estão sendo feitas corresponde ao modelo que se deseja? Esse processo poderia estar sendo discutido com a sociedade brasileira, mas as coisas vão acontecendo de um modo perpétuo, como se tivessem de acontecer mesmo.

Nesse sentido, Belo Monte é um espelho: hoje tem 50 mil pessoas a mais em Altamira, o que gerou uma situação de caos de serviços de assistência na cidade. Além disso, as principais zonas de desmatamento dos anos passados são justamente zonas de empreendimento da Amazônia e, nesse sentido, não há como negar a exploração madeireira, sobretudo, dentro das áreas protegidas — e parte das áreas protegidas são as áreas indígenas.

Outro problema diz respeito às invasões por conta das disputas pelas terras públicas que ainda existem nessas regiões, tanto no Tapajós quanto na região do Xingu. Então há um aumento da tensão por conta da disputa fundiária entre grileiros, agricultura familiar, extrativistas e índios. Há uma tensão também, sobretudo, por causa da mineração. Tanto o Xingu quanto o Tapajós são regiões que têm um potencial de minério. Estudos preliminares que foram feitos indicam que existe uma potencialidade a ser verificada, aprofundada e talvez explorada nessas regiões. Nesse sentido, a disponibilidade de energia aumenta a viabilidade da exploração mineral na região, e novamente decorre disso o impacto a essas populações mais fragilizadas que não têm seus direitos plenamente reconhecidos ou respeitados.

IHU On-Line – Em que momento a Convenção 169 da OIT deveria ser aplicada?

André Villas-Bôas – Ela deveria se dar desde o planejamento das hidrelétricas e em vários níveis. Nesse sentido, deveria se dar no nível Legislativo quando qualquer legislação pudesse afetar essas populações. Assim, esse processo precisaria ocorrer no planejamento e não somente na execução; ou seja, a rigor deveria haver várias etapas. O governo está restringindo a Convenção 169 da OIT após a decisão tomada. Desse modo, Tapajós será construído, então dificilmente o posicionamento dessas populações será considerado, porque a decisão política já está tomada. Se o governo quisesse ouvir essas populações, na fase de planejamento, a convenção poderia orientar quais lugares têm menos ou mais impacto na construção de alguma hidrelétrica, mas não é o caso.

IHU On-Line – Como você avalia as ações civis públicas que acontecem com a participação do Ministério Público e a demora do Executivo em julgar os casos?

CONT.



André Villas-Bôas – O Judiciário está com um posicionamento bastante complicado porque as ações do Ministério Público já deveriam ter sido votadas. É ridículo, tratando-se de uma obra que tem o investimento de bilhões de reais, como é o caso de Belo Monte, em que quase 50% da obra já foi concluída, ainda não se ter uma decisão em relação às ações civis públicas. Imagine se sai uma decisão daqui a pouco. É absolutamente uma loucura pensar isso, porque se uma ação for votada, como será possível aplicar a decisão? Não fará mais sentido, porque a obra vai estar quase pronta. O fato estará consumado e como ficará uma decisão judicial dentro de um fato que está consumado? Então, é muito estranho por parte do Executivo não ter votado essas ações, nem que fosse para dizer que a ação não procede.

IHU On-Line – Como e quais comunidades indígenas já foram impactadas desde o anúncio e início da construção de Belo Monte até hoje, considerando que metade da obra já foi construída? O que mudou na vida das comunidades indígenas?

André Villas-Bôas – Esse processo tem vários momentos. No primeiro deles havia uma contestação e uma pressão de segmentos da sociedade, mas, sobretudo, de povos indígenas da Bacia do Xingu, que estavam receosos com a construção de Belo Monte, que, no seu projeto inicial, tinha mais quatro represamentos a serem feitos. Havia uma preocupação muito forte de que Belo Monte fosse uma espécie de “Cavalo de Troia” e a primeira de uma série de outros empreendimentos. Essa preocupação persiste.

Em 1989 o movimento conseguiu suspender a construção da hidrelétrica; naquele momento, o governo brasileiro dependia de financiamento externo, e os bancos de cooperação foram sensíveis à manifestação dos índios e não emprestaram o dinheiro para o governo construir a obra que hoje é Belo Monte. Contudo, a construção que começou a partir de 2010-2011 está feita com recursos do BNDES, e o governo não precisou pedir dinheiro para ninguém.

No primeiro momento, antes do leilão por parte das empresas construtoras que idealizaram Belo Monte junto com a Eletronorte, houve um processo de cooptação das comunidades indígenas da região mais próxima de Belo Monte. Veja, a maior parte dessas comunidades vive bastante isolada, estão abandonadas do ponto de vista da política indigenista brasileira, e passaram a sofrer um processo de cooptação com dinheiro, inicialmente por parte dos grupos construtores, depois esse recurso acabou sendo incorporado na dinâmica logo após o leilão, e virou um recurso emergencial. Ou seja, chegavam nas comunidades indígenas dizendo que tinham 30 mil reais por mês para gastar com eles, e eles poderiam fazer a lista do que queriam comprar.

Essa era a política e a postura do Estado brasileiro e da sociedade brasileira com esses povos, isto é, algo deplorável, repetindo o modelo colonialista do tempo de Cabral, de Colombo, tentando estabelecer um relacionamento através de uma cooptação da pior natureza que se possa imaginar. Depois do leilão, essa dinâmica assumiu o formato do que se chama de planos emergenciais, que foram contestados pelo Ministério Público e posteriormente suspensos. Contudo, o que existe hoje são os Planos Básicos Ambientais - PBAs, que na verdade são as ações mitigatórias pensadas e estruturadas para essas comunidades.

Impactos ambientais

CONT.



O segundo impacto é em relação ao rio. Belo Monte tem uma particularidade: todas as usinas geralmente alagam, mas Belo Monte alaga e seca. Então, o que está acima do rio vai alagar, e o que está abaixo, vai secar. O que está acima é a cidade de Altamira, e isso significa que milhares de famílias ficarão desalojadas com o alagamento — algumas já estão sendo reassentadas.

Os índios, por sua vez, estão em uma região que vai sofrer ressecamento, porque Belo Monte vai desviar o curso do rio Xingu de uma grande volta de quase 100 quilômetros, que se chama Volta Grande do Xingu. Antes dessa volta começar, terá um canal e esse canal vai disputar a água com a Volta Grande. Então, o rio não vai secar totalmente, mas haverá uma disputa entre a água no canal que gerará energia e a água que seguirá pela Volta Grande, que terá seu nível de água afetado. Agora, não se sabe o quanto será afetado, porque esse hidrograma não está totalmente definido — hidrograma é a quantidade de água que vai gerar energia e a quantidade de água que vai virar no rio.

Na Volta Grande há várias comunidades e alguns rios tributários do Xingu que desembocam na Volta Grande, os quais também serão afetados. Os impactos no rio são imediatos: o rio já está mudando com a obra, está mais lamacento, vários peixes desapareceram, a pesca artesanal de peixes exóticos está prejudicada, porque os peixes sumiram com as explosões das bombas e com a mudança da água do rio.

Outra questão é que o rio será barrado e a navegação também será afetada e passará a ser substituída por estradas. Isso significa mais carros transitando na região e mais uma série de coisas que chegam nessas comunidades e que eles têm de gerenciar.

A exploração madeireira ilegal é outro ponto de impacto em função da obra, que também precisa de madeira, a qual também é utilizada para novas construções — e a madeira boa hoje em dia está dentro das áreas protegidas. Além disso, com o acúmulo de pessoas na região, fica ainda mais difícil de o governo regularizar as terras indígenas, porque há mais disputa por terra. Enfim, tudo isso acelera o impacto dessas comunidades.

IHU On-Line – Como lidar com as etnias que vivem isoladas no país?

André Villas-Bôas – No Brasil há um gradiente de isolamento muito grande, desde os índios que estão realmente em regiões inacessíveis e isoladas, como aqueles que vivem no Acre na fronteira com o Peru, até índios que estão morando na cidade. Nessa região do Acre tem um gradiente imenso. Por exemplo, os Xipaia são índios que têm uma população ativa dentro da cidade, mas que têm também uma população isolada na área deles. Eles praticamente perderam a sua língua original, mas estão lá, vivem.

Então, tem desde essa situação até a de grupos Tupi que quase foram dizimados na década de 70, na época do contato com a abertura da Transamazônica e que agora estão fragmentados. O plano emergencial gerou a fragmentação de muitos povos, porque diziam que iriam dar 30 mil reais por aldeia, então se existiam “x” aldeias, esse número “x” dobrou, para que mais índios tivessem acesso ao dinheiro.

CONT.



Há, portanto, um processo de fragmentação da cultura indígena. Povos como os Igarapé falam muito pouco a língua portuguesa, com exceção de algumas poucas pessoas da aldeia, mas a grande maioria mal fala ou nem fala o português. Então há extremos naquela região. Por outro lado, há suspeita de existência de uma etnia isolada em uma região próxima da área de abrangência de Belo Monte, mas a FUNAI interditou a área e até o momento não encontrou ninguém.

IHU On-Line – Quais são as razões de grupos indígenas estarem fugindo do Peru para o Brasil? Como eles estão vivendo no território brasileiro?

André Villas-Bôas – Brasil e Peru não significam nada para eles. Essa fronteira internacional se criou num lugar que sempre foi território deles e eles ficaram alheios a esse processo político. Então, esses grupos estão transitando naquela região que compreende o Peru e o Brasil, e eles não têm a menor noção desses limites internacionais estabelecidos. O que tem havido é que a exploração madeireira no Peru tem pressionado os índios de forma negativa, eles tentaram se afastar e acabaram entrando na fronteira brasileira, mas eles já transitavam entre as duas fronteiras e estão agora mais para o lado do Brasil, onde estão se sentindo mais seguros.

Esses grupos são seminômades, ou seja, não criam uma dependência sobre o mesmo local. Eles usam os recursos em volta de uma aldeia e quando os recursos começam a ficar escassos, mudam para outro lugar próximo, estabelecem um novo aldeamento, a zona antiga se recupera em termos de recursos naturais e eles podem voltar para lá anos depois. A maioria dos grupos amazônicos funciona nessa lógica, porque essa é uma região que tem fartura de alimentos, e os índios sabem buscar esses alimentos, lidam nesse ambiente com desenvoltura, com habitações leves que têm a mesma durabilidade do tempo de vida da aldeia.

IHU On-Line – A questão da terra é central para pensar os direitos indígenas? Como a questão indígena deve ser tratada, considerando que há indígenas que vivem em áreas centrais, mas também indígenas que vivem completamente isolados?

André Villas-Bôas – O Brasil tem que incorporar a existência desses povos como um patrimônio e não um “estorvo”, como parecem entender alguns segmentos da sociedade brasileira. São povos que não têm, na sua estrutura política, um Estado. Então essa coisa separatista é uma preocupação totalmente infundada em relação a esses povos. Eles têm um patrimônio cultural de conhecimento que nós conhecemos pouco, e têm uma resiliência com a qual nós deveríamos aprender, porque o mundo deles acabou quando os brancos chegaram e eles lidaram com isso com muita resiliência.

Em relação às demarcações de terras, o Brasil avançou, sobretudo na Amazônia, mas ainda existem casos emblemáticos de injustiça da sociedade com relação a esses povos, como, por exemplo, o caso dos guaranis no Mato Grosso do Sul. O governo tem de encontrar uma forma menos conflituosa para resolver o conflito que envolve essas comunidades e os ruralistas ou agricultores.

Por outro lado, as políticas têm de ter condições de se adequarem às diferenças deles e, nesse sentido, deve haver um cuidado maior por parte do Estado brasileiro para adequar as políticas

CONT.



ao perfil deles. Isso dá trabalho, mas existem antropólogos, pessoas que entendem e que estudam essas populações, lideranças que conseguem falar português e línguas indígenas.

Então, há condição de criar políticas através de um diálogo, sem preconceito, discriminação ou ignorando essas diferenças culturais e fazendo políticas homogêneas que desconhecem as diferenças desses povos. Esse é o desafio, e para aceitá-lo o Estado tem de olhar essa população indígena como patrimônio do passado e do futuro do Brasil. Enquanto estivermos divididos, com uma visão de que índio é coisa do passado, e que a presença deles é uma ameaça ao desenvolvimento brasileiro, como os ruralistas têm colocado, realmente será difícil superar esse embate e haverá mais preocupações em relação a conflitos futuros.



Funai pretende demarcar o Parque Nacional do Iguaçu como Terra Indígena
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 21.08.2014

Índios que ocupam a área da Picada Benjamin, no interior do Parque Nacional do Iguaçu, em Matelândia, no Paraná, terão que deixar a área assim que notificados pela Justiça. A decisão da 3ª Turma Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) foi tomada em julgamento na última semana e manteve liminar proferida pela 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu. A Funai alega que há indícios de que a área é terra indígena e que já há um processo de demarcação em curso.

A ação de reintegração de posse foi movida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, responsável pela administração do parque, em dezembro de 2013, cerca de três meses após a ocupação. Segundo o ICMBio, são seis adultos e quatro crianças que teriam montado dois acampamentos, desmatando o terreno às margens do Rio Silva Jardim para a construção das barracas.

O juízo de primeira instância concedeu a liminar determinando a desocupação, sob o entendimento de que a região não é demarcada como área indígena, não podendo o Judiciário apoiar ocupações aleatórias.

A Funai recorreu no tribunal pedindo a suspensão da medida. Alega que há novos fatos indicativos da ocupação tradicional indígena na região, estando o processo administrativo que analisa a possível demarcação em curso. Sustenta ainda que não há incompatibilidade jurídica entre a unidade de conservação ambiental e a ocupação indígena.

O relator do processo, desembargador federal Fernando Quadros da Silva, salientou que a liminar deferida está de acordo com a lei. “É certo que o direito dos índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas por suas comunidades é originário, reconhecido pela Constituição Federal. No entanto, inexistente qualquer declaração formal de reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena sobre as áreas ora em discussão, sendo inviável a legitimação da ocupação irregular, sob pena de quebra dos preceitos do devido processo legal e do próprio Estado democrático de direito”, frisou em seu voto.

O Parque Nacional do Iguaçu é uma Unidade de Conservação brasileira localizada na região extremo oeste paranaense, a 17 km do centro da cidade de Foz do Iguaçu (PR). Tem uma área total de 185.262,20 hectares. Nele estão as Cataratas do Iguaçu.

Fonte: Blog Questão Indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 146 / 2014

Brasília, 21 de agosto de 2014.

Indígenas têm curso de informática gratuito

SÍTIO JORNAL DO TOCANTINS, 21.08.2014

Indígenas da etnia Apinajé, da Aldeia São José, em Tocantinópolis, Extremo-Norte do Estado, ingressaram no curso de informática básica, e devem aprender a utilizar programas como o Word, Excel e Power Point.

De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura, as aulas são ministradas de segunda a terça-feira, nos três turnos, no Centro de Inclusão Digital Francisco da Silva Queiroz.

Ainda de acordo com a assessoria, os indígenas da Aldeia Mariazinha também devem ser contemplados com o projeto.



Palestra tematiza desafios enfrentados por povos indígenas

SÍTIO UFAC, 21.08.2014

O superintendente geral da Fundação Amazonas Sustentável (FASC), Virgílio Viana proferiu, hoje pela manhã, 23, a conferência "Desenvolvimento sustentável dos povos indígenas da Amazônia: o desafio de identificar e multiplicar soluções", como parte da programação da 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Para melhor ser compreendido pela plateia, em sua grande maioria, composta por índios do Peru e da Bolívia, Viana falou em espanhol. Um dos principais pontos da conferência foi o debate sobre os desafios enfrentados para promover o desenvolvimento sustentável, as melhorias da educação e a busca pela autonomia dos territórios indígenas, além da má gestão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A conferência promoveu trocas de experiência entre os participantes e a busca de soluções para os problemas indígenas. "Temos que buscar mecanismos para compartilhar as soluções e promover os diálogos entre as etnias", afirmou.

Para que os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas possam ser resolvidos, Viana apontou como saídas a valorização da cultura e dos serviços ambientais e uma maior autonomia de seus territórios. O conferencista destacou ainda, o fortalecimento de uma educação de qualidade com relevância na história e na cultura desses povos, pontes entre o saberes tradicionais e a inovação tecnológica.



Brasil: movimento quilombola pode ser o maior programa do mundo de reparação pela escravidão

SÍTIO CEDEFES, 24.08.2014

Este artigo é o primeiro de uma série de duas partes sobre o movimento dos quilombos.

Quando Luiz Pinto estava crescendo, seus pais proibiam a família de falar sobre escravidão. O assunto trazia à tona memórias horríveis.

A avó de Pinto nasceu escrava. Antes do nascimento do neto, ela se jogou num rio, tirando a própria vida depois de ser estuprada pelo filho de um rico e branco dono de terras. Escravidão e racismo viraram temas tabu na casa dos Pinto, uma coleção de casas de tijolos alaranjados empoleiradas num morro do Rio de Janeiro de onde se vê a estátua do Cristo Redentor ao longe, por entre as árvores.

“Só a conheço por fotografias”, diz Pinto, um sambista de 72 anos.

Hoje, o legado da escravidão no Brasil toma muito do tempo de Pinto. Ele viaja pelo Estado do Rio de Janeiro e vai e volta de Brasília para defender os direitos de propriedade das pessoas que vivem em comunidades fundadas por escravos foragidos. Essas comunidades são conhecidas como quilombos. De acordo com a legislação brasileira, os moradores dos quilombos têm direito constitucional às terras ocupadas por seus ancestrais – e esse direito, apesar de raramente respeitado, está revolucionando silenciosamente as relações raciais do país.

No último ano, com os olhos do mundo voltados para o Brasil na expectativa da Copa, a mídia internacional fez ampla cobertura da desigualdade estonteante do país. As reportagens mostraram o enorme contraste entre a desolação das favelas e o brilho dos novos estádios. O que recebeu menos atenção foi o movimento dos direitos civis, que vem ganhando força em todo o país.

Entre os séculos 16 e 19, o Brasil importou mais escravos da África que qualquer outro país do continente. Em 1889, tornou-se o último país do Hemisfério Ocidental a abolir a escravidão. Hoje, há mais descendentes de africanos no Brasil do que em qualquer outro país, com exceção da Nigéria. As pessoas de cor são 51% da população brasileira, de acordo com o censo mais recente.

Como regra geral, os negros brasileiros moram em casas piores e vão para as escolas mais pobres. Eles têm os empregos que pagam os menores salários e ocupam uma parcela desproporcionalmente grande do quarto maior sistema prisional do mundo. Esse desequilíbrio, concordam em grande medida os intelectuais afro-brasileiros e os cientistas sociais do país, é resultado de uma discriminação racial que tem raízes na história escravocrata do país.

CONT.



Nunca houve no Brasil nada parecido com o movimento dos direitos civis americano ou a luta contra o apartheid da África do Sul. Mas o movimento dos quilombos, apesar de estar em sua infância, desafia a enraizada desigualdade racial brasileira. Ratificada em 1988, depois de duas décadas de ditadura militar, a Constituição afirma que os moradores de quilombos têm o direito de posse permanente e intransferível sobre as terras que ocupam – algo análogo às reservas indígenas dos Estados Unidos, menos o autogoverno.

Agora, mais de 1 milhão de negros brasileiros estão exigindo do governo o cumprimento da lei que lhes confere direitos sobre as terras. Entre eles estão Luiz Pinto e sua família, que resistiram a décadas de tentativas de despejo e conseguiram manter-se instalados em seu quilombo, conhecido como Sacopã, num bairro gentrificado há tempos por brasileiros mais brancos e mais ricos.

A situação no Brasil apresenta um contraste marcante com aquela dos Estados Unidos, onde, como apontou em maio o autor Ta-Nehisi Coates em um artigo de capa amplamente lido na revista *The Atlantic*, o Congresso repetidas vezes se recusou a passar uma lei que demandava um simples estudo público do impacto que teriam as reparações para os descendentes dos escravos. É impensável a ideia de que o governo dos Estados Unidos pudesse ao menos considerar a entrega de milhares de pedaços de terra para comunidades negras.

Da mesma maneira, poucos são os conservadores brasileiros que gostam da ideia. Muitos deles desdenham do movimento quilombola, que consideram uma afronta aos direitos de propriedade. Houve tentativas de derrubar a legislação na Justiça. E, apesar de propor a lei, o governo brasileiro demora tanto a entregar a posse das terras que muitos dos possíveis beneficiários se perguntam se um dia vão recebê-la.

Apesar do futuro incerto, os quilombos brasileiros contêm a semente do que pode muito bem vir a se tornar o mais ambicioso programa de reparações jamais posto à prova.

Palmeiras e grandes edifícios margeiam a rua de paralelepípedos que leva ao quilombo Sacopã. Carros novos da Kia e da Volkswagen estão estacionados na rua, enquanto SUVs mais valiosos ficam protegidos em estacionamentos. Com a exceção da família Pinto, virtualmente não há negros nessa região do bairro da Lagoa.

Houve uma época em que só negros moravam nas encostas do Sacopã, em casas improvisadas de bambu e barro. Os avós de Pinto chegaram na cidade por um rio com cerca de outros 150 ex-escravos, no fim do século 19, diz ele, e se estabeleceram com a população local, longe do movimentado centro da cidade, ao norte, e das áreas residenciais de classe média que os cercaria mais tarde.

“Os quilombos viraram favelas”, diz Pinto.

Construtoras trouxeram abaixo boa parte do Sacopã nos anos 1970, quando a crescente classe média e alta começou a se mudar para o bairro, fazendo disparar os preços da terra. As autoridades locais expulsaram ou realocaram virtualmente todos os negros, muitos dos quais eram considerados posseiros. O Sacopã ficou livre para a construção de prédios que viriam a

CONT.



ser ocupados por brasileiros mais ricos e de pele mais clara.

José Cláudio, sobrinho de Pinto, hoje tem 50 anos. Aos 12 ele viu pela primeira vez as autoridades ameaçarem expulsar a família do quilombo pois ela não podia comprovar a posse das terras. Dois carros da PM chegaram até a entrada da propriedade. Os policiais disseram que a casa seria demolida.

Um golpe de sorte impediu que a família fosse despejada. Por acaso, a advogada da família era casada com um oficial do Exército de alta patente. Na época da ditadura, que durou de 1964 a 1985, as ordens de um general tinham muito mais peso que uma pilha de documentos.

“Nunca vou me esquecer”, disse José Cláudio ao Huffington Post. “O subtenente, ou quem quer que estivesse no comando, prestou continência para ele e ouviu: ‘Ninguém vai ser despejado daqui’. Foi nossa primeira vitória.”

A segurança da tênue ligação com o general durou apenas até o fim da ditadura. Em 1986, um ano depois da volta à democracia, os policiais voltaram ao Sacopã, dessa vez para ficar. Durante um ano, as autoridades mantiveram dois policiais na entrada do Sacopã. A cozinha ficou trancada, para que a família Pinto não fizesse festas.

“Eles nos acorrentaram aqui”, diz José Cláudio, mostrando uma corrente enferrujada que ainda está presa na janela da cozinha. “Não podíamos fazer nada.”

Quem visita o bairro hoje pode nem reparar nas casas da família, escondidas atrás de um alto prédio residencial. O único sinal é uma placa na rua atestando que a comunidade tem o status constitucionalmente protegido de quilombo.

A propriedade recebeu a certificação de quilombo em 2004, depois de um longo processo junto ao governo federal. Em vez de tentar expulsá-los, as autoridades agora garantem à família o direito de ficar, enquanto acontece o demarcamento da terra. Ainda assim, como é o caso da imensa maioria dos quilombos, a burocracia ainda os impede de ter em mãos o título das terras.

“Não acontece nada”, diz Pinto. “Não avançamos quase nada nos direitos dos quilombolas.”

Sem a propriedade formal das terras, a família vive no limbo, ainda ameaçada de despejo.

A maioria dos brasileiros associa a palavra “quilombo” ao passado, não ao presente. A palavra está em uso há séculos, desde a era colonias – do século 16 até 1825 –, quando assentamentos de escravos foragidos se espalharam pelo interior do país. O quilombo mais famoso, Palmares, chegou a ter 15 000 habitantes e durou quase cem anos, até ser destruído pelos portugueses em 1694.

Apesar de o termo ter caído em desuso no começo do século 20, nos anos 1950 defensores de um nascente movimento pelos direitos dos negros começaram a ressuscitá-lo.

CONT.



O poder simbólico do quilombo chamou a atenção da ex-deputada Benedita da Silva. Em 1986, depois do fim da ditadura militar, ela foi uma dos 11 negros (entre 594 congressistas) eleitos para participar da nova Assembleia Constituinte. Ela conseguiu convencer um Congresso majoritariamente branco a deitar as fundações da legislação atual.

Segundo a lei de Benedita da Silva, os membros dos quilombos são donos das suas terras. Eles não pagam aluguel, e ninguém, não importa o quão rico, pode legalmente expulsá-los (com a exceção do governo federal, que hoje luta contra pelo menos dois quilombos certificados cujas demandas territoriais incluem uma base naval e uma estação espacial).

A chave do sucesso da lei de Benedita foi a escolha de palavras inócuas. Ela especifica que descendentes dos quilombos têm direito de posse permanente das terras que ocupam. Mas o termo "quilombo" ficou sem definição legal durante anos, dando a entender que as comunidades teria de ser capazes de provar sua ligação direta com os assentamentos de escravos foragidos. Muitos dos que votaram a favor da lei provavelmente viram na decisão um gesto simbólico, que afetaria apenas um punhado de comunidades.

Mas não foi isso o que aconteceu. Em 2003, o governo de esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva expandiu a definição legal do termo "quilombo" com um decreto presidencial que caracterizou os descendentes como uma etnia. Segundo as leis brasileiras, as pessoas podem definir sua própria etnia para fins de política social. Com a nova regra de Lula, virtualmente qualquer comunidade negra poderia se certificar como quilombola, se assim quisesse a maioria de seus integrantes.

Em 2003, ano do decreto, havia 29 quilombos reconhecidos no Brasil. Em 2013, o número chegou a 2 400, ou mais de 1 milhão de pessoas, com centenas de outros pedidos de certificação pendentes.

O governo certificou quilombos em 24 dos 26 Estados, do norte tropical ao sul industrializado. Há quilombos de milhares de habitantes e outros que são compostos por algumas poucas famílias. Há quilombos em cidades, em ilhas e na floresta amazônica. As terras que esses quilombos reivindicam equivalem a 17 800 quilômetros quadrados, de acordo com o governo federal, uma área quase do tamanho do Estado de Sergipe.

Questionada se sabia que sua ideia seria aplicada de forma tão extensa, Benedita diz que essa sempre foi a intenção.

"É claro – é para isso que estamos trabalhando", disse ela ao HuffPost. "[O artigo] não nasceu porque eu estava na Assembleia Constituinte. Ele nasceu porque existia e ainda existe um movimento negro que inclui acadêmicos, quilombolas, universidades – todos dedicados a fazer valer os direitos à terra dos negros."

Mas o governo brasileiro tem dado poucos sinais de que vai entregar logo os títulos de posse prometidos pela Constituição. Itamar Rangel, do Incra, agência federal responsável pelos títulos de posse, diz que os constantes atrasos se devem à necessidade de negociar acordos e indenizações para os proprietários das terras. "A lei brasileira defende o direito de propriedade

CONT.



de todos os cidadãos”, disse Rangel ao HuffPost. “Fazer cumprir essa lei não vai ser barato.”

Até este ano, somente 217 quilombos receberam seus papeis. No ano passado, apenas três documentos de posse foram entregues, e outros três no ano anterior – os números mais baixos desde 2004.

“O movimento quilombola está pouco preparado”, diz José Arruti, antropólogo da Unicamp e estudioso dos quilombos. “As comunidades começaram a se organizar e a entender o jogo político faz muito pouco tempo.”

Um sinal à frente do Sacopã. (Carolina Ramirez/The Huffington Post)

Um sinal à frente do Sacopã. (Carolina Ramirez/The Huffington Post)

Guitarrista e cantor com vários discos gravados, Pinto herdou a vocação de seus pais. Seu pai tocava cavaquinho, e as músicas que sua mãe cantava quando estendia as roupas para secar estão gravadas em sua memória.

“Ela era uma artista doméstica”, diz Pinto sorrindo, ao se lembrar de uma música que sua mãe compôs sobre a chegada do homem à lua, em 1969. “Tenho várias outras músicas dela no repertório que eu toco nos meus shows. Ela não tinha coragem de gravar.”

A música ajuda na luta de Pinto de diversas maneiras. Para receber a certificação de quilombo, toda comunidade tem de passar por um processo de várias etapas, que envolve três órgãos estatais, além de um estudo realizado por cientistas sociais que documenta as características históricas e culturais específicas dos quilombos. Para os pesquisadores que prepararam o relatório antropológico do Sacopã, em 2007, a música é uma dessas características.

“Me dá muita força nessa luta”, diz Pinto. “No palco você é ouvido por milhares de pessoas, então consegue explicar sua situação.”

O coração do quilombo da família Ponto é um espaço no meio das casas. Ali os adultos se reúnem, as crianças brincam e a comida é servida em mesas de plástico com o logotipo da cerveja Itaipava. Alguns dos nomes mais famosos da música brasileira, como Zeca Pagodinho e Beth Carvalho, já se apresentaram nas festas mensais que aconteciam no Sacopã.

Escute Pinto cantar a música de sua mãe, acima

Nos últimos anos, porém, o governo tem proibido essas festas. Os vizinhos dos prédios reclamaram do barulho, e o estacionamento improvisado que a família montava para arrecadar um dinheiro extra desrespeitava as leis de zoneamento do bairro, que impedem atividades comerciais.

O espaço que abrigou nomes famosos do samba carioca agora está ocioso, animado só quando os 28 integrantes da família se sentam para comer a feijoada dos sábados.

CONT.



Pinto diz que a lei de zoneamento que favorece os vizinhos mais ricos é injusta. "O argumento que sempre usam é que essa é uma área residencial", diz ele. "Então não podemos fazer essas coisas. Mas tem padaria, tem bar. É um jeito covarde de nos desestabilizar, para que eles possam nos expulsar."

O ex-senador Demóstenes Torres, do DEM, criou controvérsia em 2010 ao dizer que a história de mistura racial brasileira é "bonita" e ao negar que mulheres negras tenham sido estupradas durante a escravidão, apesar dos registros históricos (o próprio Torres tem ancestrais africanos e europeus).

As declarações de Torres, apesar de imprecisas, apontam para algumas crenças comuns no país. Como os Estados Unidos, o Brasil construiu suas primeiras riquezas nas costas dos escravos africanos. Mas, historicamente, relacionamentos interracializados sempre ocorreram com mais frequência no Brasil que nos Estados Unidos. Hoje, o Brasil é uma sociedade amplamente mista, onde os termos "branco" e "negro" têm significados diferentes dos dos Estados Unidos.

Como os latinos nos Estados Unidos, os afro-brasileiros veem raça num espectro no qual a cor da pele é medida pela gradação. Em 1976, quando o censo permitiu pela primeira vez que as pessoas definissem sua raça, em vez de escolher entre quatro opções – branco, negro, amarelo (asiático) e pardo – os brasileiros ofereceram 135 termos diferentes para descrever a cor de sua pele. Os tons levavam nomes como "castanho", "branco escuro", "normal" e incluíam descrições como "índio negro", "canelado", "azul marinho" e "torrado".

A família de Pinto tem vários tons de preto, com membros mais escuros, como Luiz, e outros de pele mais clara, como José Cláudio – que, apesar disso, se identifica como negro.

"Minha mãe casou com um branco", diz José Cláudio. "Então às vezes os brancos dizem: 'Ah, aquele cara negro'. Eles não sabem que sou negro."

A mistura de raças generalizada dá sustento à ideia, popular entre muitos, de que o país é uma "democracia racial" na qual todas as etnias convivem harmonicamente.

Cientistas sociais e intelectuais afro-brasileiros, por outro lado, há muito descrevem essa ideia como "pensamento positivo", apontando para um número cada vez maior de estudos socioeconômicos e estatísticas.

Segundo o censo de 2011, o mais recente, cerca de 51% dos brasileiros se identificam como negros ou de raça mista – termos que as agências governamentais costumam agrupar como simplesmente "negros". Entre os 10% mais pobres, 72% são negros, de acordo com um estudo de 2012 do Instituto de Economia Aplicada, o Ipea.

Um outro estudo da entidade, de 2013, apontou que 70% das vítimas de homicídio são negras e outro estudo de 2010 indica que 60% da população das cadeias é negra.

A realidade pode ser ainda mais cruel do que sugerem os números. Uma pesquisa reveladora de 2011 realizada com 2500 brasileiros, liderada pelo sociólogo Edward Telles, pediu aos

CONT.



participantes que identificassem suas raças e os níveis de escolaridade e de renda domiciliar. Ao mesmo tempo, sem que os participantes soubessem, o pesquisador usava uma tabela com 11 tons, do branco ao preto, para identificar a cor da pele dos que responderam a pesquisa.

Quando ordenados pelas raças identificadas pelos próprios participantes, os resultados foram inconclusivos. Os brancos tinham situação econômica melhor, mas havia muita variação nos níveis educacionais e econômicos dos brasileiros de cor. Quando os dados eram organizados de acordo com a observação dos pesquisadores, porém, surgiu um padrão claro de desigualdade: quanto mais escura a pele, mais baixos os níveis de educação e renda.

"A discriminação é bem clara", diz Telles. Ele explica que, apesar de o Brasil nunca ter passado pela segregação explícita dos Estados Unidos, a história de escravidão moldou uma sociedade em que o racismo se revela socioeconomicamente. "Você não acharia que o país tem tantos negros se só olhasse para a publicidade e para quem está na TV, a menos que esteja assistindo futebol. Se você olhar para as pessoas nas arquibancadas durante a Copa, quase todas são brancas. Como isso se compara com aquelas que estão em campo?"

Tudo isso é óbvio para José Claudio. "Quando alguém vê um negro num carro importado, pensa: 'Deve ser jogador de futebol ou cantor!'", diz ele. "O que sobrou para os negros foi esporte e música. Ninguém pensa: 'Esse cara deve ser médico. Talvez advogado, piloto'."

Essas pesquisas, porém, ainda não convencem a direita brasileira de que reparações são o caminho para tratar do racismo. Em 2004, políticos que mais tarde formariam o DEM processaram o governo Lula para tentar derrubar o decreto que estabeleceu os quilombolas como uma etnia, acusando o presidente de ter passado por cima do Congresso. (Um deputado do DEM que não quis ser entrevistado para essa reportagem afirmou que o partido já não considera a questão uma prioridade.)

No verão de 2010, a lei chegou ao Supremo Tribunal Federal, onde espera uma decisão desde então. O suspense pesa como uma bigorna sobre gente como a família Pinto. Enquanto isso, a certificação de quilombos e os documentos de posse continuam a caminhar lentamente. Mas uma derrubada do decreto de Lula provavelmente os anularia, destruindo o movimento do dia para a noite.

A vista do Cristo Redentor é muito melhor do apartamento de Ana Simas, no quarto andar de um prédio no pé do morro. Uma psiquiatra de pele clara e cabelo moreno na altura do ombro, Simas mora na Lagoa desde que nasceu, em 1952.

Ela parece uma adversária improvável da família Pinto em sua luta pelos direitos das terras. Simas se orgulha de ser politicamente progressista. Ela acredita que o racismo permeia a sociedade brasileira. E ela conhece a família há décadas. Em 1989, quando ela se casou com seu hoje ex-marido, um sambista chamado Jorge Simas, a festa do casamento foi na casa da família Pinto, no Sacopã.

Mas a amizade começou a se esgarçar em 1999, ano em que Simas foi eleita presidente da associação de moradores. Logo depois de assumir a nova posição, Pinto foi à sua casa e pediu

CONT.



que ela prestasse uma declaração à Justiça apoiando a reivindicação da família, com base na Lei de Terras, que era o recurso usado na época como defesa contra as tentativas de despejo.

Simas se recusou. "Foi a primeira vez em anos de amizade que senti algo estranho no comportamento dele", diz ela. "Não sou eu quem vai decidir se a terra é dele. Ele é que tem de provar que é dono da terra, e o juiz é quem vai decidir."

Ao se informar mais sobre o caso, ela encontrou mais motivos para ser contra a reivindicação da família. Pinto quer posse de uma área designada como área de proteção, que Simas chama de "o pulmão da zona sul". Em 2005, a associação de moradores juntou-se a um processo movido pelo Ministério Público contra a família Pinto e outros ocupantes das terras, acusando-os de danos ambientais.

Simas começou a duvidar se o Sacopã era mesmo um quilombo. "Nunca vi um quilombo de uma só família", diz ela. "Todos os outros quilombos de verdade, como o Jongo da Serrinha, têm muitas famílias, não uma só."

Curiosa sobre as origens do Sacopã, ela procurou a certidão de casamento dos pais de Pinto. "Nenhum dos dois nasceu ali", diz ela, mostrando uma cópia do documento, que identifica o local de nascimento de ambos no subúrbio de Nova Friburgo. "O que eles estavam fazendo num quilombo aqui se são de Nova Friburgo?"

Simas não é a única a questionar o que é, afinal de contas, um quilombo. Apesar de a lei brasileira dar mais importância à cultura de um grupo do que à sua história, essa ideia ainda tem de chegar à maior parte da população.

Claudio Girafa é um engenheiro civil de 57 anos, branco, que vai ao bairro de Pinto nos finais de semana para assistir jogos de futebol no apartamento do irmão. Ele diz que é importante que os quilombos provem suas raízes históricas. "Há muitos questionamentos sobre se [o Sacopã] realmente era um quilombo", diz ele. "Não sou contra a preservação dos quilombos, em princípio, mas acho que tem de ser bem provado, pois afeta propriedades que foram compradas mais tarde."

Os pesquisadores responsáveis pelo relatório antropológico de 2007 que confirma o status de quilombo do Sacopã sabiam que os pais de Pinto nasceram em Nova Friburgo. O casal levou uma vida itinerante, de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, em busca de trabalho. No final dos anos 1920 eles se estabeleceram no morro da Lagoa, onde a família está até hoje. O pai de Pinto foi um dos que trabalharam na construção da Rua Sacopã, a rua que sobe a encosta.

Mas Pinto diz que seus avós já estavam naquela área desde aproximadamente o fim do século 19, buscando abrigo em uma caverna que fica dentro do território do quilombo. E, apesar de os pesquisadores não terem sido capazes de documentar a presença da família ali antes dos anos 1920, eles escrevem no relatório que as histórias familiares "nos parecem muito prováveis do ponto de vista da ciência histórica".

CONT.



O que importava para os antropólogos era a memória coletiva da família, que apontava a existência de uma identidade de grupo formada por uma história de fuga da escravidão – uma etnia quilombola.

A importância desse tipo de identidade de grupo pode escapar aos brasileiros que não têm interesse direto na questão dos quilombos. Como muitos brasileiros, quando questionado se o Brasil é um país racista, Girafa diz que não. Mas ele acredita que programas como o de reparação aos quilombolas só exacerbam as tensões raciais, porque cometem injustiças contra os brancos. “Ainda existe discriminação, sim”, diz ele. “Mas o que estão fazendo só piora as coisas.”

Pinto vê as coisas de outro ponto de vista. Para ele, o racismo não é só ser visto com desconfiança nos bairros ricos, ou ter de entrar pela porta de serviço porque as pessoas acham que ele é um empregado – humilhações que muitos negros brasileiros dizem já ter sofrido.

Racismo, para Pinto, significa que seus ancestrais foram escravos e que, ao serem libertados, foram vítimas. Sua avó foi estuprada. Seus pais tiveram de morar na favela. O racismo significa que seus pais transformaram a favela em um lar, do qual as autoridades tentaram despejá-los porque os brancos queriam morar ali.

“O racismo no Brasil é institucional”, diz Pinto. “Está em todo lugar. É difícil confrontar.”

De sua parte, Pinto espera que o movimento quilombola jogue luz sobre as desigualdades raciais do país. Ele diz que está decepcionado com baixa adesão de afro-brasileiros nos protestos contra os gastos com a Copa, que foram em sua maioria liderados por brancos de classe média.

“O movimento quilombola ainda é muito tímido”, diz Pinto. “Somos praticamente invisíveis para a sociedade. Se não dermos as caras nas ruas, nos protestos, vamos ser esquecidos. Já nos esqueceram.”

Sua família protesta resistindo às ameaças de despejo e recusando ofertas de milhões de reais para deixar o lugar que sempre chamaram de sua casa.

Mas Pinto se sente invisível em seu próprio bairro. Numa recente caminhada com seu neto, eles pararam numa praça para descansar. Pinto diz que eram os dois únicos negros ali.

“Eu sinto o racismo com muito mais força porque estamos num lugar onde só vive gente com dinheiro, e gente com dinheiro é branca”, diz ele. “O que eu entendo muito bem é que somos negros em um lugar reservado para brancos.”

Fonte: Por Roque Planas, em The Huffington Post



Ministério da Cultura certifica 22 comunidades quilombolas baianas

SÍTIO NA MÍDIA NEWS, 21.08.2014

A Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), concedeu a 22 comunidades baianas a certificação de quilombolas. A portaria foi publicada ontem, no Diário Oficial da União (DOU). Segundo a publicação, as comunidades estão distribuídas em quatro cidades do Centro-Norte: 10 ficam no município de Central; 10 em Mulungu do Morro; uma em Água Fria e outra em Caém.

De acordo com o diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação, Alessandro Reis, a certificação é gratuita e foi requerida pelos grupos há cerca de dois meses. "O objetivo dessas comunidades é o reconhecimento de sua identidade étnico-cultural, que, por muito tempo, foi motivo de vergonha e perseguição".

Depois que as comunidades são reconhecidas como quilombolas, os moradores podem ser inseridos em programas de políticas públicas do governo federal, como o Minha Casa Minha Vida Rural e o Luz Para Todos. "(A certificação) É um importante passo para ter acesso a esses programas sociais. Com o certificado, eles podem solicitar crédito na Caixa Econômica para o Minha Casa Minha Vida Rural, por exemplo".

Ainda segundo Reis, as 22 comunidades baianas são formadas por cerca de 500 famílias. "São comunidades do semiárido, que enfrentam dificuldades de acesso a emprego, renda e até de produção, por falta de água e instrumentos de trabalho", explicou. A Bahia é o estado do Brasil com o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas: são 606, com 508 certificados emitidos — já que, se duas comunidades estiverem no mesmo território, elas recebem um certificado único.

Para ter a certificação, a comunidade precisa se autodefinir como quilombola, além de encaminhar documentos que comprovem o histórico de quilombo. Depois disso, um representante da fundação deve fazer uma visita ao quilombo, para comprovar que não há fraude. Pela portaria de ontem, outras duas comunidades quilombolas, em Alagoas e no Maranhão, também foram certificadas.



Assentados ribeirinhos do Velho Chico são capacitados sobre agroecologia

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 21.08.2014

'Produção Agroecológica Irrigada para Agricultura Familiar em Condições do Semiárido' é tema de minicurso promovido pela gerência regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), vinculada à Secretaria da Agricultura (Seagri), de Irecê, em parceria com a Embrapa Mandioca e Fruticultura. A capacitação, que tem como público alvo assentados ribeirinhos do Território Velho Chico, acontece na tarde desta quinta-feira (21), no Centro de Educação Profissional Águas, localizado no município de Barra.

De acordo com o gerente da EBDA de Irecê, Edvaldo Reinaldo, que ministra o minicurso, a atividade iniciará com uma contextualização do tema abordando o perigo dos agrotóxicos, definição de agricultura sustentável e importância da agroecologia. Em seguida, haverá debates sobre a importância dos organismos do solo, da matéria orgânica, da biodiversidade, da agrobiodiversidade e sobre o manejo ecológico do solo.

Os participantes também receberão orientações sobre a produção de biofertilizantes, de húmus para adubação das plantações através da compostagem e o uso de inseticidas naturais. "O objetivo do minicurso é estimular um diálogo de saberes (científico e popular/tradicional) acerca do tema, buscando a construção do desenvolvimento sustentável, valorizando os biomas e bens naturais disponíveis como água e solo", explicou Edvaldo Reinaldo, engenheiro agrônomo especialista em agricultura orgânica. O curso, que tem duração de quatro horas, será finalizado com apresentação de experiências exitosas da produção agroecológica irrigada no território de Irecê.



Jogos esportivos da Copa das Árvores são adiados para novembro

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 21.08.2014

Competições estavam previstas para este mês, mas com problema no convênio são adiadas para o fim do ano. Jogos devem reunir cerca de 200 indígenas e ribeirinhos

As modalidades esportivas da primeira edição da Copa das Árvores terão os jogos disputados entre os dias 8 e 11 de novembro, na Aldeia Kuntamanã, localizada no Rio Tejo, no município de Marechal Thaumaturgo, no interior do Acre. as competições estavam previstas para os dias 7 a 11 deste mês, mas foram adiadas pela organização.

- Tivemos uma dificuldade no prazo do convênio com o Ministério do Esporte. Não temos um valor definido, mas temos uma previsão, que é de R\$ 200 mil. Nessa primeira edição (em agosto) tivemos apenas o festival e a celebração dos jogos, com apresentações demonstrativas. Em novembro, teremos os jogos oficiais - explicou o coordenador do projeto, Haru Kuntanawa.

São cerca de 200 competidores de 10 delegações regionais. Indígenas, extrativistas e ribeirinhos, todos que fazem parte das comunidades, estão confirmados na disputa.

A Copa das Árvores terá partidas de futebol (masculino e feminino), corrida de 100m livre (masculino e feminino), arremesso de lança, campeonato de arco e flecha, cipó de força, natação e canoagem.

- Nossa intenção é também promover o turismo, porque nossa aldeia está preparada para receber as pessoas de fora. É uma oportunidade de turismo ecológico e troca de conhecimentos - concluiu Haru.



Com curso de Aguapé, ribeirinhos veem possibilidade de aumentar a renda
SÍTIO PORTAL DA PREFEITURA DE CORUMBÁ, 21.08.2014

Ribeirinhos da comunidade de Porto Esperança participaram de um curso de artesanato produzido com Aguapé, planta conhecida como camalote e encontrada em abundância no Pantanal, que despertou a possibilidade de diversificar a renda por meio do artesanato produzido. A oficina contou com a participação de 20 moradores da região, entre jovens e adultos, e foi ministrada pela técnica Catarina Guató, uma das poucas remanescentes desse saber-fazer secular.

O projeto é realizado pela Funarte e pelo Ministério da Cultura, por meio do programa Mais Cultura: Microprojetos Pantanal 2013, com apoio da Prefeitura Municipal de Corumbá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (CRAS Itinerante) e da Fundação de Cultura de Corumbá, e da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul.

No primeiro dia, o grupo de alunos saiu de barco com Catarina para aprender a escolher o aguapé a ser coletado. "Não se arranca com faca os talos da planta para não matá-la, e se deve escolher os mais compridos", ensina dona Catarina.

Na sequência, a fibra foi exposta ao sol para secar. Os alunos aprenderam também a produzir a trama que origina o trançado, que pode chegar a centenas de metros, até tomar forma de objetos utilitários e decorativos.

Ao fim do curso, as alunas participaram de uma exposição com o material produzido. "A ideia é formar uma cadeia produtiva e comercializar em vários pontos turísticos do Pantanal", revela Catarina.

O grupo contou com jovens mães que, apesar da cheia do Rio Paraguai que só permite o deslocamento por embarcações, não mediram esforços em ir até a escola polo da comunidade, inclusive com crianças de colo, para aprenderem a confeccionar o artesanato de matéria-prima abundante no Pantanal para comercializar aos turistas que praticam o turismo de pesca na localidade.

Viviane Lino Nascimento, de 24 anos, se destacou no curso por conta da habilidade e criatividade, "foi muito fácil aprender a fazer o trançado com o aguapé. Apesar de viver aqui há muitos anos, não imaginava que dava pra fazer artesanato com a planta. Foi muito gratificante o curso. E não tem desculpas pra não fazer: com a cheia do rio, é só pegar o aguapé debaixo de nossas casas".

Catarina Guató terminou o projeto satisfeita com mais esse curso. "Em maio fizemos o curso na comunidade do Porto da Manga e agora em Porto Esperança. Ensinei tudo o que sei e percebi que os dois grupos ficaram muito interessados em dar continuidade na produção do artesanato. Tenho certeza que em breve teremos núcleos de artesanato em aguapé nas duas localidades e essas pessoas vão poder repassar o conhecimento às outras, formando assim



uma cadeia produtiva do artesanato em aguapé”.

O aguapé é uma planta aquática abundante do Pantanal. Seus emaranhados formam os chamados “camalotes”, que flutuam nas águas servindo de abrigo e alimento para variadas espécies.

Porto Esperança

É um lugarejo histórico às margens do Rio Paraguai, com acesso apenas por barcos. Seus moradores trabalham no turismo de pesca, atuando na coleta e comércio de iscas vivas, assim como piloteiros, guias de pesca e pescadores profissionais.

O distrito tem relevância histórica, pois de 1914 a 1952 era a última estação do trem de passageiros e cargas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

No período, para se chegar a Corumbá, era necessário desembarcar do trem ali e tomar embarcações a vapor para se chegar à Cidade Branca. Com a desativação do trem de passageiros em 1992, o distrito teve brusca queda em sua economia, “parando no tempo”.

Atualmente, além do turismo de pesca, é importante entreposto entre os modais ferroviário e hidroviário no transporte de minérios.

Catarina Guató

Catarina nasceu e foi criada na Ilha Ínsua, terra indígena Guató, na fronteira entre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bolívia, em pleno Pantanal. Já adulta mudou-se para a cidade de Corumbá onde, por indicação da amiga Josefina (em memória), deu sequência à arte que estava sendo gradativamente apagada da memória cultural brasileira.

“Desde quando Josefina partiu, em 2013, percebi a necessidade de ensinar aos mais jovens e aos demais interessados a produzir o nosso artesanato típico do Pantanal, que é 100% sustentável”, revela Catarina.